

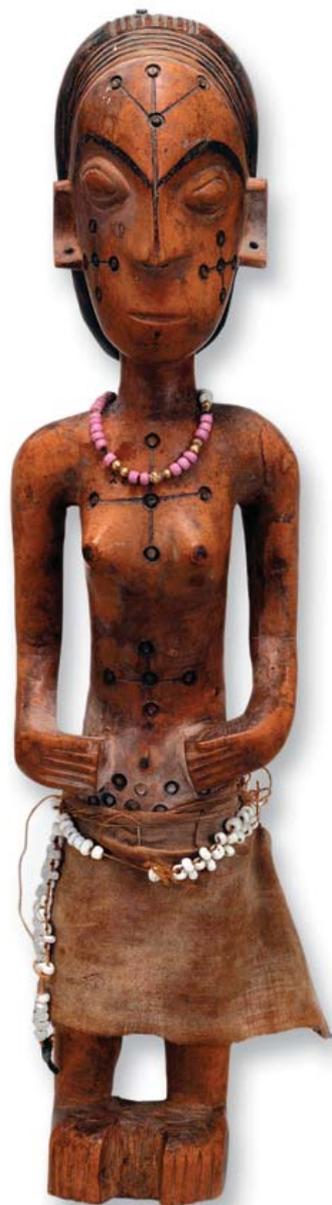
Relatório e Contas **2010**



O Banco Comercial Angolano decidiu, no presente Relatório e Contas, prestar homenagem a uma rica e secular forma de arte nacional, que é um testemunho vivo da diversidade cultural e etnográfica do país: a escultura.

Índice

Aprovação do Conselho de Administração.....	05
Mensagem do Conselho de Administração.....	07
Principais Indicadores.....	11
Órgãos Sociais e de Gestão.....	13
Declaração sobre a Governação Corporativa.....	15
Informação de Gestão de Risco.....	17
O Contexto Macroeconómico.....	23
Canais de Distribuição.....	33
Demonstrações Financeiras.....	35
Balança.....	35
Demonstração dos Resultados.....	36
Fluxo de Caixa.....	37
Notas às Demonstrações Financeiras.....	38
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	67
Relatório dos Auditores Externos.....	68



ESTATUETA OVIMBUNDU

Estatueta feminina com um penteado de tranças reunidas por detrás da nuca, de pé, as mãos sobre a parte inferior do abdómen; desenhos de tatuagens pirogravadas na face e no corpo, vestida com uma tanga de algodão e adornada com contas: rosa, douradas e brancas. O penteado e os desenhos da tatuagem são do tipo Ovimbundu.

In Catálogo Escultura Angolana - Memorial de Culturas

Categoria: Escultura
Denominação/Título: Estatueta feminina
Grupo Cultural: Ovimbundu
Informação Técnica: Madeira, tecido de algodão e contas

Museu Nacional de Arqueologia - Portugal
Fotógrafo: José Pessoa
Copyright: © IMC / MC

Aprovação do Conselho de Administração

Os administradores do Banco Comercial Angolano, S.A.R.L. são os responsáveis pela preparação, integridade e objectividade das demonstrações financeiras e demais informações contidas neste relatório.

Para satisfazer esta responsabilidade a empresa dispõe de sistemas internos de controlo contabilístico e administrativo para assegurar que os activos do Banco sejam salvaguardados e que as respectivas operações e transacções sejam executadas e escrituradas em conformidade com as normas e os procedimentos adoptados.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, auditadas e constantes das páginas 35 a 69, foram aprovadas pelo Conselho de Administração e vão assinadas em seu nome por:

Francisco da Silva Cristóvão
Presidente do Conselho de Administração

Mateus Filipe Martins
Presidente da Comissão Executiva

Luanda, 23 de Maio de 2011



EFÍGIE MWILA

Efigie em barro cru. Boneca de fecundidade com figuração feminina, de braços articulados, com o penteado típico das mulheres Mwila, com franjas tufadas de segmentos de gramíneas. Tapa o sexo com o tecido suspenso por um cinto.

In Catálogo Escultura Angolana - Memorial de Culturas

Categoria: Escultura

Denominação/Título: Boneca

Grupo Cultural: Mwila

Informação Técnica: Barro cru, tecido, contas

Museu Nacional de Etnologia - Portugal

Fotógrafo: José Pessoa

Copyright: © IMC / MC

Mensagem do Conselho de Administração

Relatório da Actividade de 2010

O ano 2010 foi caracterizado principalmente por actividades internas da gestão para melhorar o ambiente de controlo interno e a racionalização de custos sem comprometer a eficiência dos serviços.

As premissas orientadoras da nossa actividade são:

- Desenvolvimento do capital humano;
- Aperfeiçoamento e modernização da Infraestrutura tecnológica e Operacional;
- O Aumento da capilaridade do Banco à escala Nacional;
- O desenvolvimento e diversificação da oferta de produtos e serviços;
- A melhoria da Imagem do Banco.

As medidas tomadas durante 2010 contribuirão de uma forma significativa para a melhoria da situação financeira do banco. A equipa de gestão procurou também, consolidar o trabalho de reorganização e adopção de práticas de gestão de risco de padrão internacional. As principais áreas de enfoque foram as áreas de Governança Corporativa, Financeira, Risco de Crédito, Tesouraria, Rede de Balcões, Recursos Humanos, políticas de Know Your Customer, Compliance e Gestão de Fornecedores.

Indicadores Financeiros

Activo

A composição dos activos do banco manteve-se praticamente inalterada com um crescimento gradual dos activos totais do banco. Cerca de 65% dos activos do banco são remuneráveis o que representa uma redução em cerca de 5% em comparação com o ano anterior.

Passivo

No lado do passivo, também não foram registadas grandes alterações. Muitos clientes continuam a preferir manter os seus recursos à ordem resultando assim numa maior concentração nos depósitos à ordem ao invés de depósitos a prazo.

Mensagem do Conselho de Administração

Fundos Próprios

Os Fundos Próprios registaram um aumento gerado pelo Resultado Líquido nos últimos dois exercícios e o cálculo do justo valor dos títulos e valores mobiliários.

Demonstração de Resultados

Em 2010, a margem financeira recuperou e aumentou em mais de 17%. Esta subida deveu-se em grande parte a uma melhor rentabilização de liquidez em moeda nacional no mercado interbancário e da compra de títulos e obrigações de tesouro. A margem complementar não teve grandes variações em comparação com o ano 2009. Os resultados em operações cambiais reflectem naturalmente a redução substancial dos spreads praticados nas operações de venda de divisas.

A equipa de gestão continua empenhada na redução de custos e no aumento dos proveitos com vista a ter um rácio de cost-to-income aceitável. Este rácio melhorou de 68,2% para 61,6%.

Proposta de Aplicação do Resultado 2010

Nos termos da regulamentação especial do Banco Nacional de Angola nomeadamente do número 1 do Artigo 76º da Lei das Instituições Financeiras do Instrutivo nº 09/07, das Regras prodenciais emanadas pelo Supervisor e da alínea j) do art.º 19 dos estatutos do Banco Comercial Angolano. Propõe-se a seguinte aplicação dos resultados do exercício de 2010 no montante de 689.319 milhares de Kwanzas:

1. 34.466 milhares de Kwanzas para a reserva legal;
2. 92.656 milhares de Kwanzas para dividendos aos accionistas, no valor de AKZ 28,32 por acção para os 3 271 754 acções subscritos à data de balanço e a integração do remanescente em reservas livres.
3. 562.197 milhares de Kwanzas para reforço de reservas livres.

Perspectivas para o futuro

Para o ano de 2011, continuaremos focados na expansão da nossa rede de balcões, e passaremos dos actuais 19 para 25 pontos de venda, marcaremos presença nas províncias do Uíge, e Huambo com agências de grande dimensão. O objectivo preconizado é o de uma maior captação de clientes, maior rentabilização do negócio e ser um banco com expressão nacional.

Mensagem do Conselho de Administração

O reforço das competências com vista a levar ao mercado a imagem de um banco credível, bem assim como a modernização da nossa infraestrutura operacional e de informática continuarão a ser as pedras basilares da nossa acção.

O lançamento do Internet Banking, a conclusão do Disaster Recovery, o Plano de Continuidade de Negócios e a emissão de cartões de crédito da marca VISA são igualmente tarefas cuja execução se encontra em fase muito adiantada.

Estamos certos de que atingiremos as metas propostas porque acreditamos neste projecto, e na equipa que nos acompanha.

Francisco da Silva Cristóvão
Presidente do Conselho de Administração

Mateus Filipe Martins
Presidente da Comissão Executiva



ESTATUETA KONGO

Estatueta ritual nkisi relicário tapado por espelho, no qual estão encerrados os "medicamentos" bilombo (substâncias na maioria vegetais), destinados a activar o seu poder de acção. Outros elementos, constituídos por faixas de tecido e pedaços de pele, são testemunhos dum culto antigo. Face admiravelmente esculpida, com olhos incrustados de vidro.

In Catálogo Escultura Angolana - Memorial de Culturas

Categoria: Escultura
Denominação/Título: Figura Humana
Grupo Cultural: Baongo
Informação Técnica: Madeira, couro, vidro, ráfia, pano

Museu Nacional de Etnologia - Portugal
Fotógrafo: José Pessoa
Copyright: © IMC / MC

Principais Indicadores

	2010 AKZ'000	2010 USD'000	2009 AKZ'000	2009 USD'000
Balanço				
Total do activo	23.500.873	253.672	21.949.116	245.542
Crédito sobre clientes	4.512.456	48.708	4.618.543	51.667
Recursos totais - clientes	19.440.289	209.842	18.149.067	203.033
Capitais próprios	3.341.116	36.064	2.703.301	30.239
Actividade				
Margem financeira	1.036.497	11.287	762.821	9.616
Produto bancário	2.404.622	26.177	2.044.066	25.774
Custos de estrutura	1.572.027	17.105	1.408.049	17.570
Resultado operacional	832.595	9.072	636.017	8.204
Resultado líquido	689.319	7.525	530.722	7.073
Margem financeira/produto bancário	43,1%	43,1%	37,3%	37,3%
Margem complementar/margem financeira	132,0%	131,9%	168,0%	168,0%
Cost-to-income	65,4%	65,3%	68,9%	68,2%
Custos de estrutura/activo total médio	6,9%	6,9%	6,4%	6,4%
Solidez e Liquidez				
Crédito vencido/crédito total	6,2%	6,2%	7,6%	7,6%
Provisões/crédito vencido	107,9%	107,9%	59,4%	59,4%
Rentabilidade do total de activo (ROA)	3,0%	3,0%	2,9%	2,9%
Rentabilidade dos fundos próprios (ROE)	22,7%	22,7%	24,4%	24,4%
Rácio de solvabilidade	14,0%	14,0%	14,0%	14,0%



BONECA MWILA

Bela boneca de fecundidade, composta de diversos materiais, de corpo cilíndrico de madeira, que quase desaparece envolto num grande penteado profusamente adornado com missangas, botões, sementes, etc.

In Catálogo Escultura Angolana - Memorial de Culturas

Categoria: Escultura

Denominação/Título: Boneca (vista de costas)

Grupo Cultural: Mwila

Informação Técnica: Madeira, fibra vegetal, missangas, botões, sementes

Museu Nacional de Etnologia - Portugal

Fotógrafo: José Pessoa

Copyright: © IMC / MC

Órgãos Sociais e de Gestão

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente

Vice-Presidente

Secretário

Afonso Domingos Pedro Van-Dúnem "Mbinda"

Mário António de Sequeira e Carvalho

José Francisco Luís António

Conselho de Administração

Presidente (Não Executivo)

Administrador (Não Executivo)

Administrador (Executivo)

Administrador (Executivo)

Administrador (Executivo)

Francisco da Silva Cristóvão

António Daniel Pereira dos Santos

Mateus Filipe Martins

Mathias Tohana Nleya

José Carlos de Almeida Marques

Conselho Fiscal

Presidente

Vogal

Paul de Sousa

Eduardo Cirilo

ÓRGÃOS DE GESTÃO

Comissão Executiva

Presidente

Vogal

Vogal

Mateus Filipe Martins

Mathias Tohana Nleya

José Carlos de Almeida Marques

Direcções

- Financeira
- Crédito
- Gestão de Risco
- Mercados Financeiros
- Auditoria Interna
- Recursos Humanos
- Operações
- Infraestruturas
- Informática
- Marketing
- Gabinete Jurídico
- Políticas e Procedimentos
- Novos Produtos
- Banca de Retalho
- Banca de Empresas

Faustino Madia

Tatiana Muhongo

Uini Miguel

Bo Kronback

António Cambuta

Hernani Cambinda

Carlos Fernandes

João Reis

Otniel Agostinho

Zélia Pitra

Delfina Cumandala

Lizeth Lemos

Manuela Baptista

Mário Leitão

José Carlos de Almeida Marques



BASTÃO OVIMBUNDU

Bastão coroado por uma cabeça feminina com o penteado em arco-de-círculo atrás da nuca e realçado a fogo, como o são também as tatuagens que ornam a bela face oval, com os olhos incrustados de metal branco e as pupilas enegrecidas. Missangas multicolores.

In Catálogo Escultura Angolana - Memorial de Culturas

Categoria: Escultura
Denominação/Título: Bastão
Grupo Cultural: Ovimbundu
Informação Técnica: Madeira, metal e missangas

Museu Nacional de Etnologia - Portugal
Fotógrafo: José Pessoa
Copyright: © IMC / MC

Declaração sobre a Governação Corporativa

O Conselho de Administração pretende que os mecanismos de boa governação corporativa continuem a ser observados no BCA. Na implementação de boas práticas de governação foi considerado apropriado constituírem-se vários comités, nomeadamente:

Comité de Auditoria

O Comité de Auditoria tem a responsabilidade de rever as políticas contabilísticas do banco; analisar os relatórios de auditoria interna e trabalhar em conjunto com o Conselho Fiscal. O comité tem 3 membros e os mesmos não fazem parte de qualquer outro comité do banco.

Comité de Remuneração

O Comité de Remuneração tem a responsabilidade de decidir sobre a remuneração dos órgãos sociais e é composto por 3 membros nomeados pelos accionistas e os mesmos não exercem outra função no banco.

Comité de Crédito do Conselho

O Comité de Crédito do Conselho tem a responsabilidade de aprovar pedidos de crédito acima do limite estabelecido para o comité de crédito de gestão. O comité de crédito do conselho aprecia apenas os créditos previamente analisados pelo comité de crédito de gestão e recomendados para apreciação a este nível. O comité é composto por 3 membros (1 administrador executivo e 2 administradores não executivos).

Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO)

O Comité de Gestão de Activos e Passivos tem a responsabilidade de assegurar a rentabilidade dos activos do banco na perspectiva de maximizar o retorno para os accionistas. Este comité reúne ordinariamente uma vez por mês e toma decisões sobre a gestão de activos e passivos, isto é, gerir a composição e decidir o tipo de activos ou passivos em que o banco irá investir entre outras funções. É composto pela comissão executiva e os directores das áreas associadas à actividade.

Comité de Recuperação de Crédito

É um comité de gestão que tem a responsabilidade de efectuar o acompanhamento dos créditos em mora e também, os que ainda estão em situação normal mas que apresentam um risco acrescido resultante de alterações em vários factores fora de controlo dos clientes e que poderão ter um impacto negativo na sua capacidade de honrar os compromissos assumidos.

Comité de Novos Produtos

Este comité tem a responsabilidade de desenvolver novos produtos e/ou efectuar alterações a produtos existentes para satisfazer as necessidades dos clientes que alteram de tempos em tempos.

Comité de Gestão de Risco

Este comité reúne numa base trimestral para analisar os seguintes riscos:

- Risco operacional
- Risco de reputação
- Risco de branqueamento de capitais
- Risco legal e de conformidade

Comité para a Expansão da Rede de Balcões

Responsável pela definição da estratégia de expansão e avaliação dos custos associados. Dele fazem parte dois administradores executivos e os directores das áreas associadas.

Comité para o Suporte Técnico

Responsável pelo desenho e funcionamento de infraestruturas informáticas. Dele fazem parte dois administradores executivos e os directores das áreas associadas.



ESCULTURA COMPÓSITA WOYO

(...) Representa um barco no fundo do qual se encontram deitadas duas pequenas figuras antropomorfas, macho e fêmea (?), reduzidas à representação duma cabeça, de feições bem esculpidas, no cimo dum cilindro de madeira. Reunidas à altura do peito por um fragmento de espelho, estão envolvidas por um cordão, fixado a intervalos iguais por pequenos pregos. Todo o conjunto está coberto por uma espessa camada de argila vermelha. Este nkisi — excepcionalmente temido — tinha a reputação de possuir um poder muito perigoso, podendo, por vezes, provocar a morte.

In Catálogo Escultura Angolana - Memorial de Culturas

Categoria: Escultura
Denominação/Título: Navio de Magia
Grupo Cultural: Woyo
Informação Técnica: Madeira

Museu Nacional de Etnologia - Portugal
Fotógrafo: José Pessoa
Copyright: © IMC / MC

Informação de Gestão de Risco

A gestão de riscos é uma das competências fundamentais do Banco Comercial Angolano e constitui a base para a execução das actividades, para a avaliação de alternativas estratégicas e para o estabelecimento de objectivos consentâneos com a estratégia seleccionada.

A filosofia de risco do Banco Comercial Angolano é orientada para o objectivo de criação do valor accionista, através do crescimento sustentável do nível de resultados, de uma forma consistente com as expectativas dos accionistas.

A cultura de risco e ética do Banco é consentânea com a filosofia de risco. O objectivo do Banco a este respeito é de assegurar que seja mantida uma cultura de gestão do risco, de acordo com standards internacionais aplicáveis, em todas as suas operações.

A gestão do risco é fundamental para as operações do Banco e constitui uma competência crucial para que a gestão opere de forma mais eficaz, num ambiente caracterizado por incertezas e riscos.

A gestão de riscos inclui a quantificação dos riscos associados às actividades comerciais, assegurando que os riscos assumidos respeitam os limites prudentes estabelecidos, que os preços cobrados pelos diferentes produtos e serviços reflectem os riscos a eles associados e monitorar, numa base integrada, o perfil de recompensa do risco da carteira comercial e de investimentos do Banco.

Os detalhes de alguns dos principais riscos geridos são os que seguem:

Risco operacional

O Risco Operacional define-se com um risco directo e indirecto cujo impacto resulta dum processo interno inadequado ou inexistente, pessoas, e sistemas ou originário de eventos externos. Para o propósito de calcular o custo do capital do risco operacional, o risco legal, o risco estratégico, reputacional e o risco sistemático são excluídos.

O BCA segue a Abordagem Avançada de Medição (AMA) para a gestão do risco operacional uma vez que considera que existem benefícios financeiros e de reputação considerável, aos quais uma gestão do risco operacional contribui para:

- Reduzir os eventos da gestão do risco operacional e as associadas perdas financeiras;
- Fortalecer a marca BCA e o custo do capital para o risco operacional;
- Satisfazer expectativas do Banco Central;
- Acompanhar uma gestão pró activa dos grandes eventos de risco operacional e, controlos não efectivos, possíveis violações aos limites dos indicadores chave;
- Estabelecer níveis de apetite do risco, tolerância e atribuições de responsabilidades;
- Delegar autoridades;
- Definir a alocação dos riscos operacionais, através duma cultura do conhecimento do risco operacional, por exemplo, os órgãos de avaliação cada vez mais vão incluir o risco operacional como uma componente explícita da sua avaliação de crédito.

Informação de Gestão de Risco

O Conselho de Administração do BCA espera que os riscos operacionais relacionados com as actividades de negócio sejam claramente identificados, avaliados, controlados, comunicados e geridos através do processo interno designado DRACA (Avaliação e Controlo detalhado dos Riscos). Cada uma das unidades de negócio e funções do BCA deve gerir o seu risco operacional em cumprimento deste modelo.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de comprometimento da capacidade financeira do banco, de tal ordem que as operações correntes que não podem ser financiadas e os compromissos financeiros não podem ser cumpridos atempadamente.

O risco de liquidez comercial refere-se ao risco da incapacidade de cobertura de posições abertas de instrumentos financeiros de forma rápida e em valor suficiente a preços de mercado, por forma a evitar impactos financeiros adversos, resultante de tanto de escassez de liquidez no Mercado ou pelo facto de o mercado se encontrar encerrado.

A gestão prudente da liquidez é fulcral para a viabilidade do Banco. A gestão do risco de liquidez inclui uma abordagem geral sobre a estrutura do balanço patrimonial do Banco, que consolida e sintetiza todas as origens e a aplicação da liquidez, para além de incluir a análise da liquidez, da rentabilidade e da sensibilidade dos diferentes elementos do activo e passivo relativamente às variações da taxa de juro. A monitorização do risco de liquidez é desenvolvida independente e regularmente pelo Director de Risco e é reportada ao Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO) e à Comissão Executiva.

A gestão de liquidez do Banco, visa atingir os seguintes objectivos principais:

- Satisfazer a procura por dinheiro dos clientes, incluindo levantamentos/pagamentos e financiamento a empréstimos;
- Fazer face às flutuações sazonais entre o nível de depósitos e o nível de levantamentos ou pagamentos a terceiros;
- Fazer face às oscilações cíclicas das condições económicas com impacto na disponibilidade dos fundos e /ou na procura por fundos;
- Minimizar o impacto adverso de potenciais alterações das condições prevaletentes de mercado, susceptíveis de afectar a capacidade do Banco de se auto-financiar; e
- Fazer face às consequências emanadas da perda de confiança do público, que pode induzir a uma corrida aos bancos.

Para a realização eficaz dos objectivos acima ilustrados, os seguintes instrumentos para a gestão da liquidez são utilizados:

- Monitorar e gerir o custo de liquidez no Banco através de reuniões diárias de liquidez;
- Assegurar que o Banco detém, a qualquer momento, um montante determinado de activos líquidos como protecção contra um movimento imprevisto no cash flow;
- Considerar e gerir as características e os riscos das diferentes fontes de liquidez, adoptando estratégias apropriadas de financiamento (incluindo a constituição de uma carteira de fundos, diversificada e estável), consentâneas com as necessidades de liquidez do Banco;

Informação de Gestão de Risco

- Reduzir o risco de liquidez emanado de concentrações indevidas das fontes de financiamento – garantir a diversificação adequada da estrutura de depósitos, examinar o nível de confiança numa determinada fonte específica de financiamento, quer seja ao nível do depositante individual ou ainda por tipo de instrumento;
- Considerar a necessidade de diversificação das fontes de liquidez, estabilidade dos activos e a disponibilidade das fontes alternativas de financiamento à liquidez.

Em geral, o risco de liquidez é gerido por via da abordagem sobre o cash flow, com o propósito final de assegurar um nível adequado de liquidez mensal (evitando uma concentração indevida de fundos, bem assim como cumprir com os limites de cash flows expressos como percentagem dos depósitos totais e contas correntes) através da optimização da estratégia de financiamento, tomando sempre em consideração a expectativa em relação à taxa de juro e ao crescimento projectado do balanço patrimonial.

O processo de monitorização do risco de liquidez, através de limites quantitativos inclui:

- Cash flows mensais expressos como percentagem dos depósitos totais e contas correntes.
- Reservas obrigatórias e outros requisitos regulamentares.

A Direcção de Tesouraria / Sala de Mercados (DTSM) do Banco é responsável pelo cumprimento das normas regulamentares de liquidez, emanadas do Conselho de Administração.

Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juro refere-se ao risco de variação da condição financeira do Banco, devido a alterações dos níveis das taxas de juro de mercado, activas e passivas. Mutações da taxa de juros afecta o rendimento líquido de juros do Banco e outros rendimentos sensíveis à variação das taxas de juro, para além de afectar o risco geral de crédito. Por outro lado, na perspectiva económica, a alteração nas taxas de juro afectam o valor dos seus activos, passivos e instrumentos extra patrimoniais.

O risco da taxa de juro pode resultar da diferença advinda do repricing dos activos, passivos e instrumentos extra patrimoniais do banco (repricing mismatch risk); da alteração no declive da curva de rendimentos (risco da curva de rendimentos – yield curve risk); de correlações imperfeitas entre as taxas activas e passivas de instrumentos diferentes com características de alteração semelhantes (risco de base); e de Opções relacionadas com taxas de juro (risco de opção).

As taxas de juro podem influenciar, directa ou indirectamente, o desempenho operacional. O risco empresarial/de negócio é definido como o montante máximo do desvio negativo dos níveis previstos das margens líquidas de juro activas e passivas (devido ao volume dos activos e passivos, composição e desvios na fixação de preços), honorários, comissões e taxas de serviços prestados, assim como as despesas operacionais geridas pelo Banco.

Os limites quantitativos para o risco de taxas de juro são determinados com base no objectivo do Banco de limitar a sua exposição a consequências adversas advindas de alterações nas taxas de juro prevalentes.

O objectivo primordial do processo de gestão de taxas de juro activas e passivas do Banco é de conter as reduções do rendimento líquido de juros resultantes de alterações substanciais das taxas de juro.

Informação de Gestão de Risco

O Banco Comercial Angolano deverá utilizar modelos de simulação de rendimentos líquidos de juro (projeções) para avaliar a exposição do Banco a alterações nas taxas de juro a curto prazo. O Conselho de Administração poderá estabelecer e aprovar anualmente limites de sensibilidade do rendimento líquido de juros. No mínimo, o Banco deverá mensurar trimestralmente a sensibilidade dos seus rendimentos líquidos de juro às variações da taxa de juro. Os resultados propiciados pelos modelos de simulação de rendimentos líquidos de juro ilustram o impacto antecipado, em pelo menos dois cenários diferentes e hipotéticos, de variações nas taxas de juro, para períodos de pelo menos um ano. Um dos cenários reflecte, tanto quanto possível, a melhor estimativa relativamente às condições futuras mais prováveis da taxa de juro. Outro dos cenários reflecte a estimativa da Direcção relativamente a um nível extremamente adverso da taxa de juros e é utilizado para avaliar o comportamento dos rendimentos líquidos de juro em condições de tensão.

Perfís da recompensa do risco com uma taxa de juro a doze meses (com a recompensa definida como a realização ou sobre-realização da variável destino — como sejam receitas líquidas de juros e suas componentes orçamentadas/previstas — e o risco definido como a variação negativa da variável destino), para o rendimento do juro líquido e seus componentes, são quantificados e avaliados através duma abordagem de simulação compreensiva. Esta abordagem de simulação cobre uma variedade de possíveis cenários de taxas de juro. No desenvolvimento de cenários de taxas de juro, são considerados diversos factores como seja o nível e a estrutura prevalecente de taxas de juro, bem assim como os movimentos históricos.

As taxas de juro podem influenciar, directa ou indirectamente, no negócio (risco empresarial), do seguinte modo:

- Margem de activos: A margem de activos em risco é o impacto que movimentos adversos no nível de preços, volumes e composição dos activos (tipo de produto, estrutura da base de clientes) originam no valor dos activos do Banco. Relativamente à relação entre o preço dos activos e o risco de crédito, as perdas esperadas de crédito constituem um custo intrínseco ao próprio negócio creditício. O risco de crédito é no entanto gerido como parte do processo normal de actividades de gestão e monitorização da carteira de crédito do banco, de acordo com a política de risco de crédito em vigor.
- Margem de passivos: A margem dos passivos em risco é o impacto que os movimentos adversos no nível de preços e composição do passivo (tipo de produto, etc.) originam no valor dos passivos do Banco.
- Resultado de Exploração: medido através do desvio negativo relativamente aos níveis previstos de honorários, comissões e taxas de serviços em consequência do risco empresarial resultante da não realização dos objectivos de vendas, redução de preços devido a pressões concorrenciais e a redução do volume das transacções. O risco associado às receitas provenientes de actividades comerciais e de investimento é gerido como parte integrante do risco de mercado, comercial e de investimento.
- Despesas Operacionais: medido através do desvio negativo relativamente aos níveis previstos de despesas operacionais que podem surgir devido à ocorrência de custos não previstos, controlo inadequado de custos e subutilização da capacidade instalada.

Informação de Gestão de Risco

Risco de Crédito

Refere-se ao risco de prejuízo financeiro (capital e/ou rendimento) resultante do não cumprimento por parte de um devedor, por qualquer que seja o motivo, das suas obrigações contratuais ou financeiras.

O Banco foca na concessão de facilidades de crédito com base em princípios de crédito com retorno apropriado, equilibrando o risco e os rendimentos. A Política geral é encontrar motivação primária no que diz respeito:

- Ao mérito do negócio
- A situação financeira do devedor
- A transacção em si (a decisão nunca deve ser tomada apenas com base nas garantias)

Deve-se manter um equilíbrio entre o risco e um serviço ao cliente de qualidade. Um serviço de qualidade não deve significar atribuição de créditos a entidades que não o mereçam.

O Banco não concederá crédito de qualquer que seja a natureza a um cliente que não tenha a capacidade de reembolsar os valores concedidos.

O objectivo do Banco é a concessão de crédito a empresas e/ou particulares com base na sua própria capacidade financeira e não exclusivamente na confiança da empresa mãe, outros fiadores ou somente na base das garantias prestadas.

As facilidades devem ser concedidas a particulares ou empresas aos quais pertencem os activos contra os quais o Banco concede o empréstimo.

A avaliação do perfil financeiro de particulares e empresas varia de sector a sector ou de indivíduo a indivíduo, devendo serem feitos esforços para o uso de estudos comparativos como orientação, onde seja possível.

É essencial desenvolver uma confiança mútua através do contacto pessoal com os clientes a quem estamos a conceder os empréstimos. No caso concreto de empresas devemos visitar as instalações onde se localizam as empresas, pelo menos uma vez ao ano, preferencialmente no momento em que se fizer a avaliação das facilidades.

No geral, o Banco deverá obter garantias ilimitadas e cessão ou capitalização das contas de crédito (excepto as de parcerias) dos directores/parceiros/procuradores como garantia das facilidades concedidas a empresas, corporações, parcerias, procuradores e esposas, no caso de particulares.

São responsáveis para concessão de crédito os seguintes órgãos do banco dentro das competências a si delegadas: Direcção de Crédito; Comité de Crédito a Trabalhadores; Comité de Crédito de Gestão e o Comité de Crédito do Conselho.



POSTE NKANU

Topo de poste ritual policromado "kokungo" protector do campo de circuncisão. A cabeça humana, de feições fortemente marcadas e mutilação dentária, esculpida como nas máscaras, é sobrepujada por um elemento com o topo achatado e projectado para a frente, decorado com motivos geométricos. Colar de fibras

In Catálogo Escultura Angolana - Memorial de Culturas

Categoria: Escultura
Denominação/Título: Topo de Poste
Grupo Cultural: Kikongo / Uíge-Kimuantza
Informação Técnica: Madeira, fibras vegetais

Museu Nacional de Etnologia - Portugal
Fotógrafo: José Pessoa
Copyright: © IMC / MC

O Contexto Macroeconómico

O Contexto Macroeconómico

Em 2010 evidenciaram-se sinais mais estáveis da retoma do crescimento económico mundial, embora o crescimento foi mais notável para os países emergentes.

As intervenções dos governos para atenuar os efeitos da crise, que começou em 2008, com empréstimos às instituições financeiras, nacionalização de bancos, aumento da liquidez nos mercados financeiros, de forma a garantir a reanimação da produção em simultâneo com a estimulação do consumo e juros baixos foi o caminho certo para tentar restabelecer a confiança dos investidores e consumidores.

As Economias Desenvolvidas

Desde o estalar do **crash de 2008**, as economias desenvolvidas têm assistido a um abrandamento do ritmo de crescimento, algumas entrando mesmo em recessão como Portugal, Grécia, Irlanda, Espanha, etc.

O Banco Central Europeu (BCE) manteve a taxa de juro durante 2010 em 1% e o Federal Reserve (FED) - Banco Central Americano tinha o seu **federal funds** abaixo de 1%, procurando continuar a incentivar o investimento interno, estimular o consumo e a produção. Mas devido melhor perspectivas de retorno o Investimento Internacional se direccionou para a prometedora zona financeira da Ásia, para a atractiva África e para os países apelidados de BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e recentemente a África do Sul), cujas economias rápido se refizeram da crise.

Os Estados Unidos da América

O Produto Interno Bruto (PIB) norte-americano cresceu 2,9%; embora a economia dos EUA caracterizou-se com uma fraca procura final do sector privado por bens e serviços. A taxa de desemprego desceu ligeiramente de 9,9% para 9,4%, o que é o sintoma da frágil recuperação da sua economia. Outro sintoma é os números de bancos a falir, 157 bancos contra 140 em 2009.

A dívida pública continuou a crescer, especificamente devido aos exorbitantes gastos militares, preocupação que obrigará as autoridades americanas a tomar medidas de consolidação orçamentária, que desestimulam o investimento, retornando à economia número um a nível mundial à desaceleração

Esta ameaça é reforçada pelo aumento contínuo dos preços de matéria-prima básica, que encareceu os custos de produção, com uma inflação à volta de 1,5%.

A União Europeia

A Zona Euro, que terminou 2009 com recessão em alguns países como a Irlanda, a Grécia e Portugal, e quase recessão noutros como a Itália e Espanha, assistiu em 2010 ao agravamento da situação económica e financeira devido ao persistente crescimento das suas dívidas públicas.

O Contexto Macroeconómico

A dificuldade de honrar os compromissos financeiros e as taxas de juros elevadas exigidas pelo mercado resultou com a intervenção do Banco Central Europeu (BCE) e FMI na Irlanda e Grécia com implementação de medidas drásticas económicas.

Irlanda sofreu com um défice público de 32% do PIB e sistema financeiro ameaçado pela crise mundial e pelo estouro da bolha imobiliária interna, e Grécia, cuja economia está aceleradamente a encaminhar-se para o abismo, foi agravado pelas fortes contestações de trabalhadores e estudantes, começando a perigar a sua permanência na UE e mesmo a existência desta União de Estados.

Portugal em 2010 saiu da recessão, mas tudo indica que voltará a ter crescimento negativo em 2011, devido aos juros insuportáveis que paga pelos empréstimos para superar os défices acumulados na chamada dívida soberana.

Os elevados défices orçamentais em alguns países da zona euro, tem prejudicado a competitividade, à custa da estabilidade do euro.

Para prevenir a contaminação pelo efeito sistémico dos problemas de consolidação orçamental e do endividamento público dos países periféricos sobre os da Europa Central e solucionar alguns problemas estruturais na união monetária, a UE criou o **Fundo Europeu de Estabilização Financeira**, acima dos 750 mil milhões de euros (incluído o apoio do FMI).

Durante 2010 realizaram-se testes de stress à solvência dos principais bancos europeus para avaliar o potencial de seus activos. Neste período os bancos reforçaram a qualidade dos seus capitais próprios desde a crise, com probabilidade de não terem eliminado todos activos tóxicos dos seus balanços. Continuaram a registar prejuízos devidos aos efeitos desfasados da recessão (hiato entre a determinação do problema, a aplicação de medidas e os efeitos destas).

A taxa de crescimento em 2010 na zona euro foi de 1,7%, impulsionada pela Alemanha, que tinha um crescimento de 3,5% e que conta 1/5 do PIB da União Europeia.

A taxa média de desemprego foi de 10% uma subida ligeira em relação ao ano passado.

A inflação em Dezembro foi de 2,2%, situando-se acima do target do BCE, que defende uma taxa de inflação a médio prazo, ligeiramente inferior a 2%.

O Japão

O Japão, que vivia longa crise interna de 10 anos, começou a dar sinais de recuperação da sua produção industrial, com redução dos stocks e recomeço da procura de suas exportações. A China foi determinante ao tornar-se na 1ª importadora em substituição dos EUA, elemento importante para estimular a recuperação económica que cresceu com 4,0% em 2010.

Na segunda metade de 2010, a apreciação do iene, contribuiu para o abrandamento da economia nipónica.

O Contexto Macroeconómico

Tabela nº 1 - Taxas de variação do PIB real das maiores economias do Mundo (%)

Países	2006	2007	2008	2009	2010
EUA	2,6	2,1	0,4	-2,6	2,8
JAPÃO	2,0	2,4	-1,2	-5,2	4,0
UNIÃO EUROPEIA	3,2	3,0	0,5	-4,2	1,8

Fonte: UNCTAD

As Economias Emergentes

A **China** tomou de assalto a economia mundial em 2010 com um crescimento de 10,5% do seu PIB, passando a ser a 2ª economia do mundo, atrás dos EUA, ultrapassando o Japão.

A inflação na China atingiu os 4,4%, obrigando o aumento das taxas de juros de referência e das reservas mínimas obrigatórias na banca comercial. O desemprego rondou os 9,6%. O Industrial and Commercial Bank of China (ICBC), é neste momento o maior banco do mundo.

As reservas chinesas foram de 2 mil milhões de USD, tendo o governo preparado um montante elevado para, aproveitando o rescaldo da crise, comprar grandes empresas mundiais, no ramo mineral, petrolífero, siderúrgico, e nas áreas de consumo e industrial, a desbarato.

O **Brasil**, em 2010 foi o país da América do Sul que recebeu mais investimentos externos, cerca de 48,4 mil milhões de USD. Várias medidas implementadas contribuíram para que o Brasil ficasse menos exposto ao cerne da crise e a contaminação sistémica internacional.

A **Índia**, a 2ª maior economia dos países emergentes, teve a maior taxa de desemprego, 10,7%; com poucos recursos naturais, cresceu a uma taxa de cerca de 8,6%, na base do empreendedorismo e da inovação do sector privado, assegurando uma forte poupança com os mais de 126 mil cidadãos com mais de 1 milhão de USD de património individual.

As vendas de ouro na Índia bateram recordes — graças ao consumo interno nas despesas de casamento —, tendo em 2010 comprado à volta de 1/3 da produção mundial, sem se importarem com a taxa de crescimento anual dos preços de cerca de 25% - 30% nos últimos anos.

A **Rússia**, que foi assolada por recessão económica em 2009 (-7,9%), em 2010 teve uma taxa de desemprego de 8,6%, e começou a reanimação da sua economia.

A **África do Sul**, que o seu PIB crescer à volta dos 2,7-2,8% em 2010, manteve a sua taxa de desemprego nos 25%. No entanto dobrou os seus investimentos em África em 2010, sendo o maior investidor entre os africanos.

O Contexto Macroeconómico

Tabela nº 2 - A tendências das economias emergentes no último quinquénio (%)

Países	2006	2007	2008	2009	2010
CHINA	12,7	14,2	9,6	9,1	10,3
ÍNDIA	9,4	9,6	5,1	7,7	8,5
BRASIL	4,0	6,1	5,1	-0,2	7,5
RÚSSIA	7,7	8,1	5,6	-7,9	4,0
ÁFRICA DO SUL	5,6	5,5	3,7	-1,8	2,8

Fonte: UNCTAD

O Resto do Mundo

Na **América Latina**, ao contrário do resto do mundo, assistiu-se a um crescimento acelerado das economias, fenómeno que tem atraído o capital externo produtivo, através da injeção de capital, do empréstimo entre filiais, das fusões e aquisições de empresas, das ampliações de fábricas e de novas instalações, onde a China com 9%, se destaca, apenas ultrapassada pelos EUA (17%), e Holanda (13%). Os movimentos de crédito externo, via Investimento Estrangeiro Directo (IDE), cujo auge foi em 2008 (83 mil milhões de USD), e caíram em 2009 para 49,6 mil milhões, retomaram a expansão em 2010 para cerca de 69,4 mil milhões.

Na **Ásia**, para além das portentosas economias da China e Índia, e do caso preocupante do Japão, economias como a Filipina e a Sul Coreana continuaram a sua reanimação, destacando Timor-Leste, que teve 2 mil milhões de USD de receitas petrolíferas, seu resultado recorde.

A **África**, com abundantes recursos naturais e mão-de-obra barata, teve o estatuto de escolha preferencial dos investidores.

Os Investimentos Estrangeiros Directos, de acordo com UNCTAD, para a África foram de 55 mil milhões USD com China em primeiro lugar.

O Contexto Macroeconómico

Tabela nº 3 - Tendência da Economia Mundial e Países em Desenvolvimento

Descrição	2006	2007	2008	2009	2010
Economia Mundial	4,1	4,0	1,7	-2,0	3,9
Países em Desenvolvimento	7,6	8,0	5,3	2,5	7,5

Fonte: UNCTAD

Embora a economia africana continuar a abrandar, alguns países tiveram performances aceitáveis.

Por escassez de oferta de alimentos, os preços dos alimentos a nível mundial, subiram em média cerca de 25% em 2010, afectando fundamentalmente a economia africana, de essência importadora. Tudo isto tem reflexos na inflação africana.

A Conjuntura Nacional

Angola, que começou 2010 sob a euforia do CAN, permaneceu sob o efeito da crise económica e financeira internacional, assistindo no 1º semestre a contínua instabilidade do preço do petróleo — sua principal fonte de receitas —, cujos reflexos estão na redução das receitas do Estado, no défice nas suas contas internas e externas, especialmente na balança de transacções correntes, na baixa da confiança dos agentes económicos, na forte desaceleração da actividade económica, nos níveis de redução alarmantes das reservas internacionais líquidas — que dificultaram o financiamento da economia —, e na persistente e contínua subida generalizada dos preços.

Nestas condições, o Governo angolano negociou um empréstimo junto do Fundo Monetário Internacional (FMI), com o objectivo de restaurar as receitas cambiais, aumentar o poder de mercado do Kwanza e estabilizar a sua economia, que entre 2002 e 2008 crescia à taxa média anual de cerca de 15%, ritmo interrompido pela crise (2,4% em 2009).

Em 2010 retomou o crescimento para cerca de 3,4%, onde o PIB não petrolífero, dentro da política de diversificação da economia, cresceu à volta dos 7,8%. Ressaltamos a ajuda financeira com facilidades de pagamento e taxas de juros atractivas da China, e a melhoria nos preços dos diamantes, na alavanca da economia angolana.

O crescimento sustentado dos preços do petróleo no último semestre de 2010, aliviou a situação financeira, monetária e económica do País, que de imediato começou a reduzir a dívida interna, iniciando o pagamento dos atrasados dos empreiteiros (só às empresas de construção, o Estado divulgou que devia à volta de 3 mil milhões de USD), que retomaram o ritmo acelerado das obras quase estagnadas desde 2009, quer para restauro e ampliação de infra-estruturas, quer para construção de habitações e fábricas nos pólos de desenvolvimento de Luanda e das regiões económicas do norte, nordeste, centro e sul, dentro dos investimentos públicos programados pelo governo.

O Contexto Macroeconómico

A Área Económica

Angola está pela primeira vez no ranking soberano da economia internacional, com **B+** como classificação, atribuídas pelas agências de avaliação de risco financeiro de maior respeito mundial, a Standard & Poor's e a Moody's e Fitch Ratings.

A indústria petrolífera continuou a ser a alavanca determinante da economia, representando mais de 95% das exportações nacionais, mais de 70% das receitas fiscais, cerca de metade do PIB angolano, que ronda entre os 80-90 mil milhões de dólares. O défice do Orçamento Geral do Estado em 2009 transformou-se num superávit em 2010, o stock da dívida pública cresceu e é cerca de 30% do PIB (mais de 26 mil milhões de USD).

No âmbito da estratégia internacional, Angola, aproveitando a situação crítica de Portugal, aumentou a participação na banca portuguesa, e dentro da política de diversificação, direccionou seus investimentos para aquisições de empresas tecnológicas e explorações agrícolas de alto potencial; desta forma, tem mostrado que a crise também é uma janela aberta a novos negócios, e estamos seguros, terão rentabilidade num futuro de médio/longo prazo, como mais uma fonte de divisas.

A inflação homóloga prosseguiu a tendência altista iniciada em 2008, tendo atingido os 15,31%, representado uma variação positiva de 1,31% em relação a 2009, cuja variação foi de 0,82%, comparada ao ano anterior. Na conjuntura nacional, continuam a persistir problemas monetários, cambiais, infraestruturais, de demanda, de custos de factores produtivos e de crescimento dos preços das importações, contribuindo para o agravamento generalizado dos preços no território angolano, gerando tensões inflacionárias.

Tabela nº 4 - Inflação no Período (%)

Descrição	2006	2007	2008	2009	2010
Inflação Acumulada Anual	12,21	11,78	13,18	14,00	15,31

Fonte: BNA

A exportação mostrou valores positivos com um crescimento de 25% enquanto a importação desceu com mais de 10%, beneficiando as reservas internacionais líquidas.

O Contexto Macroeconómico

Tabela nº 5 - Comportamento das Exportações Líquidas em milhões de USD

Descrição	2006	2007	2008	2009	2010
Exportações Totais	31.862	44.396	63.914	40.828	50.495
Importações Totais	8.778	13.662	20.982	22.402	19.877
Exportações Líquidas	23.084	30.735	42.932	18.426	30.618

Fonte: BNA

A Área Monetária

A política monetária continuou direccionada ao controlo da base monetária, visando a estabilidade dos preços dos bens e serviços. Até Novembro, a venda de Títulos do Banco Central (TBC) foi a única alternativa à disposição do BNA para intervir no mercado monetário, e retirar a moeda excedente da circulação; nessa altura, o Tesouro Nacional introduziu outro instrumento, os Bilhetes do Tesouro (BT), que, ao melhorar a liquidez, pôs termo às operações de empréstimos entre bancos, sujeitas a redescontos, tornando mais elástica a taxa de juros aí praticada, até então inelástica.

A política cambial para manter a paridade Dólar/Kwanza, beneficiou do aumento do preço do petróleo, dos fluxos financeiros e da oferta de divisas, que permitiram a recuperação das reservas internacionais para níveis aceitáveis, (cresceram 27%), atingindo os 17,7 mil milhões de USD no final de 2010; devido à escassa oferta face à enorme procura, leilões de divisas foram efectuados ao longo do ano pelo BNA, como forma de manter a taxa de câmbio sob vigia e controlo, num montante de 11,6 mil milhões de USD.

Tabela nº 6 - A evolução da taxa de Câmbio no quinquénio

Descrição	2006	2007	2008	2009	2010
Mercado Primário:					
Taxa Fixing	80,192	75,017	75,132	88,746	92,353

Fonte: BNA

O Contexto Macroeconómico

As reservas obrigatórias dos bancos junto do BNA, que no início de 2010 eram de 30%, voltaram a alterar, diferenciando-se agora as destinadas à moeda nacional (25%), das destinadas à moeda estrangeira (15%), eliminando-se também a possibilidade dos títulos fazerem parte do exigível; esta alteração de política, visou a absorção de divisas para as reservas obrigatórias a partir de depósitos (que o sistema bancário viveu dificuldades para cumprir), libertando em simultâneo similares quantidades de Kwanzas, necessários para a concepção de créditos em moeda nacional, acelerando-se o fim da dolarização da economia nacional.

A taxa de redesconto, que o BNA cobra pelos empréstimos aos bancos comerciais, permaneceu nos 30%.

Os meios de pagamento — notas e moeda (que praticamente já desapareceram da circulação, por retenção da população) em circulação depósitos a ordem [M1] tiveram um crescimento de 3%, embora a preferência pela liquidez foi ligeiramente reduzida (6,31% versus 6,66% em 2009).

Ao atingir os 875 balcões, a taxa de bancarização, que espelha o grau de acesso da população a instituições bancárias, situou-se nos 11%, subindo para 20% se os utilizadores tiverem mais de 15 anos. A profundidade financeira, — valor dos depósitos e créditos em termos de percentagem do PIB, havia superado a África do Sul. Os depósitos cresceram apenas 7%, num ano em que a banca manteve um rácio médio de solvabilidade, com os depósitos em USD a superar os em AKZ; os depósitos à ordem também são a preferência dos clientes, em relação aos depósitos a prazo, o mais importante para a concessão de créditos.

No crédito à economia, durante 11 meses, o sector privado levou sempre a maior fatia em comparação com a do sector empresarial público, tendo as posições invertido em Dezembro de forma substancial.

Tabela nº 7 - Crédito Concedido pela Banca Comercial em milhões de AKZ

Descrição	2006	2007	2008	2009	2010
Crédito:					
ao Governo	53.248	183.397	803.075	911.539	953.300
ao Sector:					
Público Empresarial	14.530	23.589	51.168	61.449	119.799
Privado	267.461	478.013	770.518	1.238.312	1.581.546
Total	335.239	684.998	1.624.762	2.211.300	2.654.645
Crédito em % em:					
Moeda Nacional	40	40	54	50	37
Moeda Estrangeira	60	60	46	50	63

Fonte: BNA

O Contexto Macroeconómico

Pelo cenário acima exposto, e ao se manter a tendência altista do preço do petróleo, — de forma moderada —, podemos perspectivar que em 2011, Angola aumentará seu ritmo de crescimento, podendo ultrapassar a taxa de 5% do seu PIB.



BILHA KONGO

Bilha de barro com bojo esférico decorado, asa em arco e bocal antropomorfo; representação duma personagem sentada, as pernas flectidas, braços afastados do corpo, mãos cruzadas. O modelo da face, de carácter realista, é animado por duas contas brancas incrustadas na abertura dos olhos.

In Catálogo Escultura Angolana - Memorial de Culturas

Categoria: Escultura
Denominação/Título: Bilha
Grupo Cultural: Kakongo / Noqui
Informação Técnica: Terracota

Museu Nacional de Etnologia - Portugal
Fotógrafo: José Pessoa
Copyright: © IMC / MC

Canais de Distribuição

1 - Directos:

Agências (15)

LUANDA

Agência Valódia - Sede

Av. Comandante Valódia, nº 83-A

Tel: (+244) 2 - 448106

Fax: (+244) 2 - 447832

E-mail: bca@bca.co.ao

SWIFT: COMLAOLU

Agência Deolinda Rodrigues

Rua Deolinda Rodrigues, nº 477

Estrada de Catete - Luanda

Tel/Fax: (+244) 2 - 260063/2376

Agência N'gola Kiluanji

Rua N'gola Kiluanji, nº 183

São Paulo - Luanda

Tel: (+244) 2 - 384508/40

Fax: (+244) 2 - 384570

Agência Rainha Ginga

Rua Rainha Ginga, nº 8 - B

Coqueiros - Luanda

Tel: (+244) 2 - 334160/3289/3678

Fax: (+244) 2 - 330189

Agência Major Kanhangulo

Rua Major Kanhangulo, nº 288

Ingombota - Luanda

Tel: (+244) 2 - 330932/1097

Fax: (+244) 2 - 330802

Agência Morro Bento

Rua Pedro Castro Van-Dúnem

Estrada Nacional - Talatona

Bairro Morro Bento

Agência Torres da Imporáfrica

Rua Kwame N'Kruma, Edifício

Torres Imporafrica R/C

Bairro Maculusso

Tel/Fax: (+244) 222 - 208222/01

Balcão Aeroporto Internacional

4 de Fevereiro

Área das Chegadas Internacionais

Bairro do Cassenda

Tel: (+244) 222 - 204200/02

Balcão Alimenta Angola

Município de Viana

Tel: (+244) 222 - 209200

Balcão Porto de Luanda

Guiché Único das Alfândegas

Rua Padre José Maria Antunes

Tel: (+244) 222 - 206000

Balcão Porto Seco de Viana

Balcão Filda

CABINDA

Agência Cabinda

Largo Lopes Pim-Pim

Tel: (+244) 231 220125

Fax: (+244) 231 222127

Aeroporto Cabinda

Av. Duque de Chiasi

Aeroporto de Cabinda

Tel: (244) 231 223148

Fax: (+244) 231 223149

Balcão Porto de Cabinda

BENGUELA

Agência Benguela

Rua Comandante Kassanje, nº 1 R/C

Tel: (+244) 272 23704 /42/43/44/71

Fax: (+244) 272 236640

LOBITO

Agência Lobito

Av. 25 de Abril, Bairro 28

Edifício da ENE

Tel: (+244) 272 226606/7/8/9/10

Fax: (+244) 272 611

SANTA-CLARA

Agência Santa Clara

Rua Principal de Sta. Clara

Próximo da Alfândega Sta. Clara

Cunene

2 - Indirectos:

Postos de atendimento

Hipermercado Jumbo (1)

Fábrica da Cola-Cola, Funda (1)

Multicaixas - ATM (24)

Terminal de Pagamentos

Automáticos - POS (48)



ESTATUETA TCHOKWE

Estatueta representando Tshibinda Ilunga esculpida segundo as características do "estilo do país de origem".

In Catálogo Escultura Angolana - Memorial de Culturas

Categoria: Escultura
Denominação/Título: Estatueta
Grupo Cultural: Tchokwe
Informação Técnica: Madeira

Museu Nacional de Arqueologia - Portugal
Fotógrafo: José Pessoa
Copyright: © IMC / MC

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

BALANÇO

	Notas	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
ACTIVO					
Disponibilidades	4	7.127.119	76.932	6.547.507	73.246
Operações no mercado inter financeiro	5	2.425.860	26.185	2.771.590	31.006
Títulos e Valores Mobiliários	6	7.117.527	76.827	6.246.589	69.880
Créditos sobre clientes	7	4.512.456	48.708	4.618.543	51.667
Participações	8	59.726	645	49.737	556
Imobilizações incorpóreas	9	527.201	5.691	383.050	4.285
Imobilizações corpóreas	9	921.648	9.948	703.915	7.874
Créditos no sistema de pagamentos	10	135.352	1.461	96.409	1.079
Operações Cambiais		-	-	16.152	181
Outros Valores	11	673.984	7.275	515.624	5.768
		23.500.873	253.672	21.949.116	245.542
PASSIVO					
Outras captações					
a) à vista	12	59.355	641	7.022	79
Depósitos					
a) à vista	13	14.167.250	152.923	14.435.112	161.485
b) a prazo ou com pré aviso	13	5.082.449	54.861	2.758.612	30.861
Captação de liquidez		-	-	746.971	8.356
Obrigações no sistema de pagamentos	14	169.118	1.825	642.151	7.184
Operações cambiais	15	131.235	1.417	201.350	2.252
Outras obrigações	16	503.102	5.431	417.944	4.676
Provisões p/ responsabilidades potenciais		47.248	510	36.653	410
		20.159.757	217.608	19.245.815	215.303
FUNDOS PRÓPRIOS					
Capital	17	1.308.702	15.000	1.308.702	15.000
Reserva Actualiz. Monet. Capital Social	18	82.579	-	82.579	-
Resultados potenciais	18	58.359	630	-	-
Acções próprias	18	(20.381)	(220)	-	-
Reservas e fundos	18	1.222.538	17.765	781.298	11.884
Reserva de reexpressão		-	(4.636)	-	(3.718)
Resultado do exercício		689.319	7.525	530.722	7.073
		3.341.116	36.064	2.703.301	30.239
		23.500.873	253.672	21.949.116	245.542

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

	Notas	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
Juros e proveitos equiparados	19	1.348.982	14.678	1.142.130	14.403
Juros e custos equiparados	20	(312.485)	(3.400)	(379.309)	(4.787)
Margem Financeira		1.036.497	11.278	762.821	9.616
Comissões recebidas	21	612.360	6.663	366.340	4.620
Resultados em Op. Financeiras	22	893.203	9.719	948.239	11.958
Outros proveitos	23	23.108	251	16.337	206
Comissões pagas		(11.224)	(122)	(7.098)	(89)
		1.517.447	16.511	1.323.818	16.695
Provisões para créditos	27	(149.322)	(1.612)	(42.573)	(537)
Margem Bruta Total		2.404.622	26.177	2.044.066	25.774
Custos com Pessoal	24	(773.469)	(8.416)	(697.679)	(8.798)
Fornecimentos de terceiros	25	(483.059)	(5.256)	(384.318)	(4.846)
Outros adm. e de comercialização	26	(202.100)	(2.199)	(183.178)	(2.310)
Impostos e taxas		(2.630)	(29)	(951)	(12)
Amortizações do exercício	9	(103.746)	(1.129)	(94.644)	(1.059)
Provisão Compensação		(16.405)	(178)	(36.653)	(411)
Outro proveitos e custos		9.382	102	(10.626)	(134)
		(1.572.027)	(17.105)	(1.408.049)	(17.570)
Resultados Operacionais		832.595	9.072	636.017	8.204
Resultado não operacional	28	134	1	33.082	417
Resultados antes de Impostos		832.729	9.073	669.099	8.621
Provisão para Imposto Industrial	29	(143.410)	(1.548)	(138.377)	(1.548)
Resultado Líquido do Exercício		689.319	7.525	530.722	7.073

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

FLUXO DE CAIXA

	2010 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Kwanzas
Resultado antes de impostos	832.729	669.099
Mais:		
Amortizações	103.746	94.644
Provisões de crédito	149.322	42.573
Menos:		
Dividendo pago	(42.880)	-
Impostos pagos	(139.077)	-
Fluxos de actividades operacionais	903.840	806.316
Flutuação de crédito	(43.235)	229.158
Flutuação de outros valores	(158.360)	274.659
Créditos no sistema	(22.791)	(74.995)
Captação	52.333	(3.748.033)
Outras obrigações	85.158	(42.713)
Sistema de pagamentos	(543.148)	24.347
	273.797	(2.531.261)
Actividades de investimento		
Compra de meios fixos	(467.992)	(148.346)
Compra de títulos	(870.938)	2.102.233
Mercado inter-financeiro	345.730	(2.749.387)
Participações	(9.989)	-
	(1.003.189)	(795.500)
Actividades de financiamento		
Depósitos à ordem	(267.862)	4.827.815
Depósitos a prazo	2.323.837	(2.221.476)
Outros recursos	-	1.221.679
Captação	(746.971)	-
	1.309.004	3.828.018
Aumento em disponibilidades	579.612	501.257
Disponibilidades no início	6.547.507	6.046.250
Disponibilidades no fim	7.127.119	6.547.507

Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. CONSTITUIÇÃO E ACTIVIDADE

O Banco Comercial Angolano, S.A.R.L. ("BCA" ou "Banco"), com sede em Luanda, é uma sociedade de capitais privados de residentes nacionais.

O Banco foi constituído em 17 de Março de 1997 e a actividade comercial só foi iniciada no dia 23 de Março de 1999 e desenvolve a sua actividade na área de banca universal, isto é, com igual enfoque na banca de retalho e empresas. A actividade do BCA assenta na realização de operações financeiras e na prestação de serviços permitidos aos bancos comerciais de acordo com a legislação em vigor, nomeadamente, transacções em moeda estrangeira, concessão de crédito, captação de depósitos, serviços de transferência de moeda estrangeira, venda de seguros entre outros.

No final de 2010, o Banco dispunha de uma rede comercial nacional de 19 balcões/agências, dos quais, 7 foram abertos no ano de 2010

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. COMPARABILIDADE DE INFORMAÇÃO

As demonstrações financeiras anuais aqui apresentadas foram publicadas de forma a poderem ser comparadas com as do exercício anterior. As demonstrações financeiras agora apresentadas foram preparadas de acordo com o Plano Contabilístico das Instituições Financeiras (CONTIF).

Os valores comparativos apresentados para o exercício de 2009 foram reescritos de acordo com o CONTIF, face aqueles anteriormente apresentados de acordo com o Plano de Contas das Instituições Financeiras (PCIF).

O Banco adoptou, retrospectivamente, o CONTIF e o impacto dessa adopção nas demonstrações financeiras do Banco resume-se às reclassificações para o cumprimento do novo plano contabilístico.

2.2. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas em Kwanzas (AKZ) no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco, e de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no CONTIF, conforme definido no Instrutivo nº 09/07 de 19 de Setembro, do Banco Nacional de Angola (BNA), o qual entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2010.

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 encontram-se expressas em milhares de Kwanzas (AKZ), conforme Aviso nº 15/07, art. 5º do BNA. No entanto, o Conselho de Administração assume o USD como a moeda de referência do Banco, sendo a moeda mais representativa das suas operações internacionais. Como consequência, a informação financeira é apresentada em ambas as moedas. As taxas de câmbio AKZ/USD utilizadas na preparação da informação financeira em USD foram as seguintes:

Exercício findo em	Taxa média	Taxa de encerramento
31.12.09	79,30	89,39
31.12.10	91,91	92,64

As demonstrações financeiras expressas em AKZ foram convertidas para USD através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

- Histórica — para as rubricas dos Fundos Próprios
- Vigente no final do ano — para a totalidade dos activos e passivos com a excepção das rubricas acima referidas
- Média — para a demonstração de resultados.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para USD foram incluídas na rubrica de Fundos Próprios, denominada por Reserva de Reexpressão.

2.3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A seguir são descritas as principais políticas contabilísticas utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras que, a não ser para os casos especificamente estabelecidos, foram consistentemente aplicadas:

a) Especialização de exercícios

Os custos e proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio da especialização do exercício.

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

b) Actualização monetária

As demonstrações financeiras consideram os efeitos da modificação no poder de compra da moeda nacional, com base no Índice de Preços ao Consumidor (IPC), divulgado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), em caso de variação superior a 100% nos últimos três anos, mediante a correcção do valor contabilístico das contas de Imobilizado e dos Fundos Próprios.

c) Provisão para riscos de crédito

A política de constituição de provisões para riscos de crédito foi alterada, com efeitos a partir de 31 de Março de 2008, com entrada em vigor do Aviso nº 9/07, de 12 de Setembro (posteriormente revogado pelo Aviso 04/09, de 18 de Junho).

As normas mencionadas no referido Aviso 04/09, de 18 de Junho estabelecem provisões específicas e definem os seguintes critérios para a constituição de provisões de créditos:

Classificação das operações e Provisão

As provisões são constituídas a partir das datas de concessão do crédito, baseadas na classificação de risco do cliente e em função da análise da qualidade do cliente e da operação.

Risco	Nível de Risco	Provisão mínima a ser constituída
Nulo	A	0%
Muito Reduzido	B	1%
Reduzido	C	3%
Moderado	D	10%
Elevado	E	20%
Muito elevado	F	50%
Perda	G	100%

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

A classificação do crédito por níveis de risco deve ser revista:

1. Anualmente, através de uma reafirmação/avaliação dos critérios que determinaram a sua classificação inicial: perfil económico e padrão comportamental do proponente/cliente, e eventuais garantias associadas, bem como o seu tipo, qualidade e montante de cobertura.

A classificação de todos os créditos da carteira, ou daqueles cujos devedores actuem em determinado sector da actividade económica ou área geográfica, é revista sempre que a Comissão Executiva entende que existem alterações significativas na conjuntura económica que afectam o risco das operações dos mesmos.

2. Mensalmente, em função do atraso verificado no pagamento da prestação de capital ou juros.

Dias de atraso	Nível mínimo de risco
15 a 30	B
30 a 60	C
60 a 90	D
90 a 150	E
150 a 180	F
Superior a 180	G

O Banco, contudo, aplicará essencialmente o dobro dos prazos previstos para esta revisão mensal uma vez que os seus créditos têm, na sua maioria, prazos superiores a 24 meses (conforme estabelecido no artigo 6º do Aviso 04/09).

d) Transacções em moeda estrangeira

Os resultados expressos em moeda estrangeira são registados de acordo com o princípio do sistema multi-moeda, segundo o qual, cada operação é registada exclusivamente em função das moedas intervenientes. De acordo com este método, os saldos contabilísticos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas, no fecho de cada mês contabilístico, através da aplicação da média dos câmbios de compra e venda publicados pelo Banco Nacional de Angola. A taxa de câmbio utilizada no final do exercício para a conversão em Kwanzas da principal moeda estrangeira, o Dólar Americano, foi aquela que está mencionada na nota nº 3.

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

e) Títulos e valores mobiliários (TVM)

Os títulos e valores mobiliários adquiridos pelo Banco são registados pelo valor efectivamente pago e atendendo as suas características e intenção aquando da aquisição, classificados nas seguintes categorias:

1. Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem activa e frequentemente negociados.
2. Títulos mantidos até ao vencimento – são aqueles para os quais há intenção e capacidade financeira do Banco em mantê-los em carteira até ao vencimento. Essa capacidade financeira é comprovada com base em projecção de fluxo de caixa, não considerando a possibilidade de venda dos títulos antes do vencimento.
3. Títulos disponíveis para venda – são aqueles adquiridos com o propósito de serem eventualmente negociados e por consequência não se enquadram nas demais categorias.

Os rendimentos produzidos pelos TVM, relativos a juros auferidos pela fluência do prazo até ao vencimento ou dividendos declarados, são considerados directamente no resultado do período, independentemente da categoria em que tenham sido classificados, observado que os relativos às acções adquiridas há menos de seis meses são reconhecidos em contrapartida da conta que regista o correspondente custo de aquisição.

Os TVM classificados nas categorias de “títulos para negociação” e “títulos disponíveis para venda” são ajustados pelo valor de mercado, considerando-se a valorização ou a desvalorização em contrapartida:

1. Da conta de proveitos ou custos, no resultado do período, quando referente aos títulos classificados na categoria “títulos para negociação”.
2. Da conta de fundos próprios, quando referente aos títulos classificados na categoria “títulos disponíveis para venda”, pelo valor líquido dos efeitos tributários, devendo ser transferidos para o resultado do período somente aquando da venda definitiva.

Para fins do ajuste do valor de mercado dos títulos, a metodologia do seu apuramento segue o critério do preço definido pelo BNA.

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

As perdas de carácter permanente em TVM são reconhecidas imediatamente no resultado do período, observando que o valor ajustado decorrente do reconhecimento das referidas perdas passa a constituir a nova base de valor para efeito de apropriação de rendimentos. Essas perdas não são revertidas em exercícios posteriores.

Os Títulos do Banco Central e os Bilhetes de Tesouro são emitidos a desconto e registados pelo valor pago na data da operação. No fim do período, após apuramento do justo valor aplicando a metodologia acima referida, são registados ao valor apurado.

Todas as Obrigações de Tesouro em carteira encontram-se registadas nos livros ao valor pago.

f) Imobilizações financeiras

As participações financeiras, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição em Kwanzas, realizado no momento da efectivação do investimento, quer a realização tenha sido efectuada em moeda local, como em moeda estrangeira.

g) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações incorpóreas são registadas ao seu custo de aquisição.

As imobilizações corpóreas são registadas ao seu custo de aquisição. Neste estão os custos acessórios indispensáveis, ainda que anteriores à escritura, tais como emolumentos notariais, corretagens, impostos pagos na aquisição e outros.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, numa base mensal aplicando-se as taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis de serviço próprio	50
Obras em edifícios arrendados	10-25
Equipamento informático	3
Viaturas	3
Outras imobilizações	3-10

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

Por forma a dar-se cumprimento ao disposto no nº 2 do artigo 7º do Decreto nº 6/96, de 26 de Janeiro, as amortizações sobre o acréscimo anual do valor dos bens resultantes da reavaliação, são efectuadas no exercício económico seguinte aquele em que ocorreu a reavaliação, sendo calculadas pelo método das quotas constantes, numa base mensal, e o seu valor apurado tendo em conta o prazo residual para o final da vida útil do bem.

h) Reserva para a manutenção dos fundos próprios

O Banco, seguindo o princípio de não determinar um resultado antes de assegurar a manutenção do poder de compra do total do capital expresso em Kwanzas, procede à protecção dos fundos Próprios denominados em Kwanzas de acordo com a variação da taxa de câmbio do Kwanza em relação ao Dólar Americano, por contrapartida da rubrica de provisões do exercício, conforme as disposições da Directiva nº 01/2003, de 7 de Março, e do Aviso nº 05/03, de 7 de Fevereiro, do Banco Nacional de Angola.

i) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é determinado com base na taxa de 35% sobre o valor total dos resultados antes de impostos ajustados em função dos acréscimos e deduções específicas constantes da legislação fiscal em vigor.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de 5 anos, das quais poderão resultar eventuais correcções ao lucro tributável dos exercícios de 2006 a 2010. Não é previsível que qualquer correcção relativa aos exercícios acima referidos venha a ocorrer e, caso tal ocorra, não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos, activos e passivos, são registados quando existe uma diferença temporária entre o valor de um activo ou passivo e a sua base de tributação. O seu valor corresponde ao valor do imposto a recuperar ou pagar em períodos futuros. Os mesmos são calculados com base nas taxas fiscais em vigor para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo

j) Redução no valor recuperável de activos (imparidade)

O Banco avalia os seus activos periodicamente, tendo em vista a identificação de activos que apresentem o valor recuperável inferior ao valor contabilístico. O reconhecimento da redução no valor contabilístico (imparidade) de um activo acontece sempre que o seu valor contabilístico exceder o valor recuperável.

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

Na avaliação do indício de imparidade o Banco tem em conta os seguintes indicadores:

- a) Declínio significativo no valor de um activo maior do que o esperado no seu uso normal;
- b) Mudanças significativas no ambiente tecnológico, económico ou legal com efeitos adversos sobre o Banco;
- c) Aumento nas taxas de juros ou outras taxas de mercado, com efeitos sobre as taxas de descontos e conseqüente redução no valor presente ou no valor recuperável dos activos;
- d) Valor contabilístico de activos líquidos maior do que o valor de mercado;
- e) Evidência disponível de obsolescência ou perda de capacidade física de um activo;
- f) Mudanças significativas na forma de utilização do activo como descontinuidade ou reestruturação, com efeitos adversos para o Banco; e
- g) Indicação que o desempenho económico do activo será pior que o esperado.

k) Principais estimativas e incertezas associadas à aplicação das políticas contabilísticas

As contas do Banco integram estimativas realizadas em condições de incertezas, contudo, não foram criadas reservas ocultas ou provisões excessivas ou, ainda, uma quantificação inadequada de activos e proveitos ou de passivos e custos.

O princípio da prudência impõe a escolha da hipótese que resulte em menor património líquido, quando se apresentarem opções igualmente válidas diante dos demais princípios contabilísticos. Determina a adopção do menor valor para os componentes do activo e maior para os do passivo, sempre que se apresentarem alternativas igualmente válidas para a quantificação das mutações patrimoniais que alterem o património líquido.

Na elaboração das demonstrações financeiras o Banco efectuou estimativas e utilizou pressupostos que afectam as quantias relatadas dos activos e passivos. Estas estimativas e pressupostos são apreciadas regularmente e baseiam-se em diversos factores incluindo expectativas acerca de eventos futuros que se consideram razoáveis nas circunstâncias.

Utilizaram-se estimativas e pressupostos, nomeadamente nas áreas significativas de provisões para o crédito concedido e Outras provisões e Impostos correntes e diferidos.

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

3. ADOÇÃO DAS NORMAS DO CONTIF

As principais alterações decorrentes da adopção do CONTIF face ao anterior PCIF podem ser resumidas como segue:

a. Títulos e Valores Mobiliários

O CONTIF prevê a classificação dos títulos em três categorias distintas: disponíveis para venda, para negociação e mantidos até o vencimento.

A classificação na categoria de disponíveis para venda e para negociação prevê que os títulos e valores mobiliários sejam registados pelo seu justo valor, sendo que no caso dos disponíveis para venda a variação do justo valor é registada como contrapartida de fundos próprios e no caso dos títulos e valores mobiliários para negociação a reavaliação dos mesmos seria registada por contrapartida de resultados.

Atendendo às características dos títulos que compõem a sua carteira e considerando a política de investimento adoptada (Nota 2 h), o Banco considerou que a classificação mais adequada para os seus títulos e valores mobiliários seria a de disponíveis para venda.

b. Reavaliação de imóveis de uso próprio

O CONTIF prevê a reavaliação dos imóveis de uso próprio pelo seu justo valor. No entanto, o Aviso do Banco Nacional de Angola nº 11/07 que regulamenta a reavaliação de imóveis de uso próprio refere que a mesma é opcional e prevalece sobre o novo normativo contabilístico. Desta forma, o Banco optou por não reavaliar os seus imóveis de uso próprio. Consequentemente, não existiram ajustamentos de transição decorrentes da possibilidade de alteração deste critério contabilístico.

c. Impostos

O CONTIF prevê o reconhecimento contabilístico dos impostos sobre lucros no mesmo período e de forma consistente com o reconhecimento efectuado das operações a que se referem, ou seja, no caso de operações cujo registo é efectuado por contrapartida de fundos próprios o registo do respectivo imposto será igualmente registado por contrapartida de fundos próprios. No caso de operações cujo registo é efectuado por contrapartida de resultados o registo de imposto será efectuado por contrapartida de resultados.

Os novos critérios contabilísticos pressupõem o registo de impostos diferidos activos e passivos quando se verificarem diferenças entre o valor contabilístico de um activo ou

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

de um passivo e a base tributável para efeitos fiscais. No caso do Banco, os impostos diferidos registados no exercício de 2010 estão relacionados com a valorização de alguns títulos classificados como disponíveis para venda ao justo valor.

d. Provisões e Contingências

De acordo com o CONTIF uma provisão só deve ser reconhecida quando existe uma obrigação legal ou não formalizada, no presente, como consequência de um evento passado, a exigência de recursos para liquidar a obrigação é provável e o valor da obrigação pode ser estimada com fiabilidade. A adopção desta norma não provocou qualquer impacto nas demonstrações financeiras do Banco na data de transição.

4. DISPONIBILIDADES

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
Caixa				
-Notas e moedas nacionais	688.539	7.432	624.465	6.985
-Notas e moedas estrangeiras	387.765	4.186	1.280.742	14.328
	<u>1.076.304</u>	<u>11.618</u>	<u>1.905.207</u>	<u>21.313</u>
Depósitos no Banco Nacional de Angola (BNA)				
-Em moeda nacional	3.486.178	37.630	3.123.990	34.948
-Em moeda estrangeira	1.851.153	19.982	-	-
	<u>5.337.331</u>	<u>57.612</u>	<u>3.123.990</u>	<u>34.948</u>
Cheques a cobrar – Moeda Nacional	143	2	7.150	80
Depósitos à ordem no estrangeiro	713.341	7.700	1.511.160	16.905
	<u>7.127.119</u>	<u>76.932</u>	<u>6.547.507</u>	<u>73.246</u>

De acordo com o Instrutivo nº 08/09, de 21 de Maio, o coeficiente das reservas obrigatórias em moeda nacional é de 30%, 50% e 100% para os depósitos totais reflectidos em Moeda Nacional de clientes, do Governo Local e do Governo Central respectivamente. A exigibilidade das reservas é calculada semanalmente sobre a média aritmética dos saldos finais diários. Estes depósitos não são remunerados.

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

Do saldo de Depósitos no Banco Central, a 31 de Dezembro de 2010 em MN de 3.486.178 apenas o montante de 1.355.272 milhares de Kwanzas visa satisfazer as exigências de reservas mínimas de caixa em MN enquanto o saldo em ME de 1.851.153 milhares de Kwanzas visa satisfazer as exigências de reservas mínimas de caixa em ME (2009: 3.261.310 milhares de Kwanzas).

5. OPERAÇÕES NO MERCADO MONETÁRIO INTERFINANCEIRO

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
Aplicações no País	51.750	559	24.608	275
Aplicações no Estrangeiro	2.372.625	25.610	2.745.497	30.714
Moedas de ouro	1.485	16	1.485	17
	2.425.860	26.185	2.771.590	31.006

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Esta Rubrica é constituída por títulos e obrigações disponíveis para venda.

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
Bilhetes de Tesouro –MN	1.636.582	17.665	46.581	521
Títulos do Banco Central - MN	2.411.855	26.034	2.535.895	28.369
Obrigações do Tesouro – MN	1.114.259	12.027	1.722.838	19.273
Obrigações do Tesouro – ME	1.954.831	21.101	1.941.275	21.717
	7.117.527	76.827	6.246.589	69.880

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

A maturidade dos Bilhetes do Tesouro, dos Títulos do Banco Central e Obrigações do Tesouro eram as seguintes:

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
Bilhetes do Tesouro e Títulos do Banco Central:				
Até 6 meses	1.642.969	17.734	2.535.895	28.369
De 6 meses a um ano	2.405.468	25.965	49.581	521
Mais de um ano	-	-	-	-
	4.048.437	43.699	2.582.476	28.890
Obrigações do Tesouro:				
Até 6 meses	-	-	-	-
Até um ano	55.586	600	1.025.627	11.474
Acima de um ano	3.013.504	32.528	2.638.486	29.516
	3.069.090	33.128	3.664.113	40.990
	7.117.527	74.185	6.246.589	69.880

Quanto às Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira, 1.000.000 Dólares dizem respeito ao montante restante da participação do Banco no financiamento para a aquisição de aeronaves para a TAAG, e 20.000.000 Dólares da participação do BCA na reconstrução nacional.

7. CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
Crédito interno	4.536.363	48.966	4.471.031	50.017
Créditos vencidos	300.241	3.241	363.715	4.069
	4.836.604	52.207	4.834.746	54.086
Provisões para Crédito	(324.148)	(3.499)	(216.203)	(2.419)
	4.512.456	48.708	4.618.543	51.667

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

As provisões para riscos de crédito (crédito normal, vencido e de cobrança duvidosa, conforme descrito na alínea c) da nota nº 4, totalizam 324.148 milhares de Kwanzas (3.499 milhares de Dólares Americanos), o que representa 4,5% do total de créditos.

Os princípios básicos das políticas de concessão de crédito e aprovisionamento das perdas com créditos de liquidação duvidosa adoptados pelo Banco podem ser resumidos como segue:

- A concessão de crédito está sujeita a procedimentos rigorosos que asseguram o cumprimento da estratégia definida e, também, das normas estabelecidas pelo Banco Nacional de Angola;
- No processo de avaliação dos riscos associados à concessão de crédito, os aspectos considerados pretendem analisar as várias componentes do Risco de Crédito, através da identificação do impacto marginal de cada crédito, nomeadamente por sector (exposição ao sector e/ou país) e cliente (estabilidade económica e financeira e colateralização);
- Com vista a potenciar os efeitos de mitigação, em particular no que concerne à diminuição de perdas advindas de Risco de Crédito, o Conselho de Administração tem vindo a reforçar o ambiente de controlo, conforme evidenciado pela constituição de um comité de recuperação de crédito que tem o objectivo de gerir os créditos vencidos e vincendos que apresentam um risco de crédito acrescido.

Os activos creditícios têm um forte enfoque em termos de monitorização. A dimensão e tipologia das suas operações propiciam a existência de níveis de concentração expressivos, que merecem especial atenção ao nível da gestão do risco de forma transversal.

Em 31 de Dezembro de 2010 a repartição sectorial do crédito do Banco era a seguinte:

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	%
Construção	532.026	5.743	11
Comércio	1.402.615	15.140	29
Transportes e comunicação	-	-	-
Prestação de serviços e imobiliária	-	-	-
Indústrias transformadoras	96.732	1.044	2
Produção e distribuição de electricidade, gás e água	145.098	1.566	3
Pescas e Agricultura	48.366	522	1
Particulares	2.611.767	28.192	54
	4.836.604	52.207	100

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

Em 31 de Dezembro de 2009 a repartição sectorial do crédito do Banco era a seguinte:

	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares	%
Construção	193.390	2.163	4
Comércio	1.547.119	18.588	32
Transportes e comunicação	48.347	541	1
Prestação de serviços e imobiliária	193.390	2.163	4
Indústria Transformadora	483.475	5.409	10
Produção de electricidade, gás e água	386.780	4.327	8
Pescas e Agricultura	515	6	-
Particulares	1.981.730	20.889	41
	4.834.746	54.086	100

Crédito por moeda

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
Kwanzas	1.074.417	11.597	772.628	8.643
Dólares americanos	3.762.040	40.608	4.062.047	45.442
Outras moedas	147	2	71	1
	4.836.604	52.207	4.834.746	54.086

A decomposição dos créditos vencido por classe de risco é como segue abaixo:

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
A	-	-	770	9
B	43.882	474	42.394	474
C	26.966	291	48.749	545
D	27.770	300	85.012	951
E	28.341	306	21.598	242
F	30.888	333	33.828	378
G	142.394	1.537	131.364	1.470
	300.241	3.241	363.715	4.069

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

A matriz de migração de risco dos tomadores de crédito é apresentada abaixo:

	2010	2009	Variação
A	1,11%	9,74%	(8,63%)
B	84,11%	65,61%	18,50%
C	7,44%	19,95%	(12,52%)
D	2,67%	1,78%	0,89%
E	1,77%	0,46%	1,31%
F	0,46%	0,70%	(0,24%)
G	2,44%	1,76%	0,68%
	100%	100%	

A distribuição por faixa de vencimento é apresentada abaixo:

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
Crédito Interno				
Em moeda estrangeira:				
Até 1 ano	1.140.713	12.313	489.232	5.473
De 1 a 5 anos	1.306.915	14.107	1.548.145	17.319
Mais de 5 anos	1.314.559	14.190	2.024.773	22.651
Adiantamento a depositantes	-	-	-	-
	3.762.187	40.610	4.062.150	45.443
Em moeda nacional:				
Até 1 ano	341.482	3.686	520.339	5.821
De 1 a 5 anos	391.231	4.223	213.463	2.388
Mais de 5 anos	333.330	3.598	22.079	247
Adiantamento a depositantes	8.374	90	16.716	187
	1.074.417	11.597	772.597	8.643
	4.836.604	52.207	4.834.747	54.086

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

8. PARTICIPAÇÕES

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
EMIS – Empresa Interbancária de Serviços	39.234	424	29.245	327
Bolsa de Valores e Derivados de Angola	20.492	221	20.492	229
	59.726	645	49.737	556

As participações financeiras encontram-se valorizadas de acordo com o constante da alínea f) da nota nº 2.3.

9. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS

IMOBILIZADO INCORPÓREO						
Milhares de Kwanzas	Saldo Inicial	Aumentos	Transf.	Regulariz.	Abate	Saldo Final
Valor Bruto						
Sist.Trat.Aut.Dados"Software"	56.612	-	11.431	-	-	68.043
Gastos de Org. e Expansão	233	-	-	-	-	233
Benfeitorias Imov. de Terceiro	532.779	141.722	14.614	-	-	689.115
Outras Imobil. Incorpóreas	341	22	-	(250)	-	113
	589.965	141.744	26.045	(250)	-	757.504
Amortização						
Sist.Trat.Aut.Dados"Software"	(42.719)	(4.815)	-	-	-	(47.534)
Gastos de Org. e Expansão	-	-	-	-	-	-
Benfeitorias Imov. de Terceiro	(164.035)	(18.489)	-	-	-	(182.524)
Outras Imobil. Incorpóreas	(161)	(84)	-	-	-	(245)
	(206.915)	(23.388)	-	-	-	(230.303)
Valor Líquido						
Sist.Trat.Aut.Dados"Software"	13.893	(4.815)	11.431	-	-	20.509
Gastos de Org. e Expansão	233	-	-	-	-	233
Benfeitorias Imov. de Terceiro	368.744	123.233	14.614	-	-	506.591
Outras Imobil. Incorpóreas	180	(62)	-	(250)	-	(132)
	383.050	118.356	26.045	(250)	-	527.201

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

IMOBILIZADO CORPÓREO

Milhares de Kwanzas	Saldo Inicial	Aumentos	Transf. Regulariz.	Abate	Saldo Final
Valor Bruto					
Móveis de Uso Próprio	30.418	-	-	-	30.418
Móveis, Ut. Est. Equipamentos	712.283	105.327	23.761	(1.596)	839.775
Imobilizado em curso	343.150	220.405	(49.806)	-	513.749
	1.085.851	325.732	(26.045)	-	1.383.942
Amortização					
Móveis de Uso Próprio	-	(642)	-	-	(642)
Móveis, Ut. Est. Equipamentos	(381.936)	(79.716)	-	-	(461.652)
Imobilizado em curso	-	-	-	-	-
	(381.936)	(80.358)	-	-	(462.294)
Valor Líquido					
Móveis de Uso Próprio	30.418	(642)	-	-	29.776
Móveis, Ut. Est. Equipamentos	330.347	25.611	23.761	(1.596)	378.123
Imobilizado em curso	343.150	220.405	(49.806)	-	513.749
	703.915	245.374	(26.045)	-	921.648

10. CRÉDITOS NO SISTEMA DE PAGAMENTOS

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
Compensação electrónica	19.824	214	6.660	75
Operações activas a regularizar	6.917	75	8.428	94
Outros devedores	105.095	1.134	76.708	858
Outros	3.516	38	4.613	52
	135.352	1.461	96.409	1.079

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

11. OUTROS VALORES

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
PROBECEA	384.942	4.155	371.810	4.159
Adiantamentos a fornecedores	139.891	1.510	11.677	131
Economato	13.439	145	23.057	258
Despesas com custos diferidos	92.084	994	98.698	1.105
-De seguros	29.554	319	18.553	208
-Rendas e alugueres	57.384	619	62.297	697
-Repasse de títulos	-	-	12.255	137
-Outros	5.146	56	5.593	63
Participação – sede ABANC	24.151	261	-	-
Selos de Circulação	9.820	106	103	1
Outros	9.657	104	10.279	114
	673.984	7.275	515.624	5.768

A rubrica PROBECEA refere-se a uma dívida da empresa PROBECEA – Gestão e Participações Sociais SARL, que é accionista do BCA. Esta dívida será amortizada em simultâneo com o pagamento, pelo BCA, de um dividendo especial aos anteriores accionistas. Este dividendo está considerado na proposta de aplicação de resultados tal como mencionado no relatório de gestão apresentado pelo Conselho de Administração.

Quanto à rubrica Selos de Circulação o saldo em nossos livros respeita ao montante dos mesmos que, em 31 de Dezembro de 2009, se encontravam em nossa posse para venda ao público na qualidade de agente autorizado para o efeito pela Direcção Nacional de Impostos, sendo de 11% a comissão cobrada pela prestação deste serviço.

12. OUTRAS CAPTAÇÕES

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
À Vista:				
No estrangeiro	57.444	620	7.022	79
Receitas com proveitos deferidos	1.911	21	-	-
	59.355	641	7.022	79

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

13. DEPÓSITOS

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
Depósitos à vista:				
Em moeda nacional	4.417.655	47.685	3.685.802	41.233
Em moeda estrangeira	9.749.595	105.238	10.749.310	120.252
	14.167.250	152.923	14.435.112	161.485
Depósitos a prazo:				
Em moeda nacional	2.575.472	27.800	1.970.495	22.044
Em moeda estrangeira	2.506.977	27.061	788.117	8.817
	5.082.449	54.861	2.758.612	30.861
	19.249.699	207.784	17.193.724	192.346

14. OBRIGAÇÕES NO SISTEMA DE PAGAMENTOS

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
Cheques visados	77.366	835	64.946	727
Cheques e ordem a pagar MN	16.992	183	179.661	2.010
Dividendo por pagar	46.200	499	-	-
Outros passivos a regularizar	-	-	390.371	4.367
Sobras de caixa	8.275	89	5.916	66
Outros	20.285	219	1.257	14
	169.118	1.825	642.151	7.184

15. OPERAÇÕES CAMBIAIS

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
Recursos vinculados a op. Cambiais	131.235	1.417	201.350	2.252

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

16. OUTROS OBRIGAÇÕES

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
Credores				
Fornecedores	114.281	1.234	80.098	896
Provisões e outros	149.100	1.609	60.935	682
Pessoal	50.279	543	33.335	373
Obrigações fiscais	182.570	1.971	151.535	1.695
Outras flutuações	-	-	91.010	1.018
Outros	6.872	74	1.031	12
	503.102	5.431	417.944	4.676

A Rubrica Exigibilidades diversas MN refere-se essencialmente a dívidas por Imposto Industrial AKZ 143.410 milhares, retenção de IRT, imposto de Selo, e descontos para Segurança Social. Todos esses valores serão liquidados no ano 2011.

17. CAPITAL

O capital social actual do Banco é de 1.308.702 milhares de Kwanzas, equivalente a 15.000 milhares de Dólares representado por 3.271.754 acções com valor nominal de AKZ 400 cada e encontra-se integralmente realizado.

Em 31 de Dezembro de 2010 o capital do banco é detido por 28 accionistas de origem Angolana. Adicionalmente o referido capital é detido por particulares e empresas em 54,6% e 45,4% respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2010, o Banco possuía 20.000 acções próprias.

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

18. CAPITAL E MOVIMENTO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

Milhares de Kwanzas	RESERVA						Total
	Capital Social	Acções Próprias	Actualização Monetária Capital Social	Reservas e Fundos	Result. Potenc.	Result. Exerci.	
Saldo 31Dez. 2008	1.308.702	-	82.579	777.918	-	3.380	2.172.579
Saldo 1 Jan. 2009 (CONTIF)	1.308.702	-	82.579	777.918	-	3.380	2.172.579
Transf. result. 2008	-	-	-	3.380	-	(3.380)	-
Resultado exercício	-	-	-	-	-	530.722	530.722
Resultado 31 Dez. 2009	1.308.702	-	82.579	781.298	-	530.722	2.703.301
Transf. resultado 2009	-	-	-	441.240	-	(441.240)	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(89.482)	(89.482)
Reserv. reaval. justo valor	-	-	-	-	58.359	-	58.359
Compra de acções próprias	-	(20.381)	-	-	-	-	(20.381)
Resultado exercício	-	-	-	-	-	689.319	689.319
Saldo 31 Dez. 2010	1.308.702	(20.381)	82.579	1.222.538	58.359	689.319	3.341.116

As Reservas para Manutenção de Fundos Próprios foram calculadas com base na política contabilística descrita na alínea l) da nota nº 2.3.

Os montantes registados nas rubricas de Reserva Legal e Outras Reservas foram constituídos nos termos da legislação aplicável e corresponde à aplicação do resultado líquido em Kwanzas referente ao exercício anterior.

Do valor total de reservas apenas estão disponíveis para distribuição os valores relativos a outras reservas.

Os resultados potenciais derivam da valorização a justo valor de alguns títulos classificados como disponíveis para venda, cujo total apurado foi de 88.878 milhares de Kwanzas e após dedução do imposto diferido no valor de 30.519 milhares de Kwanzas, resultou numa reserva de 58.359 milhares de Kwanzas.

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

19. JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
Crédito Interno	510.655	5.556	391.110	4.932
Juros Disp. em I.C. no Estrang. "ME"	-	-	29.638	374
Juros Aplic. em I.C. no Estrang. "ME"	4.128	45	7.252	91
Juros Aplic. em I.C. no País "MN"	276.896	3.013	124.972	1.576
Juros Devedores Outras Aplicações	5.598	61	61.750	779
Títulos	551.705	6.003	527.408	6.651
	1.348.982	14.678	1.142.130	14.403

20. JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
Depósitos	293.068	3.189	209.183	2.639
Recursos de IC's no País - MN	6.942	76	74.507	940
Recursos de IC's no Estrangeiro - ME	-	-	21	-
Outros Recursos ref. Op.Venda Títulos c/ Acordo Recompra	12.475	135	95.598	1.208
	312.485	3.400	379.309	4.787

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

21. COMISSÕES RECEBIDAS

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
Comissões recebidas p/ levantamento MN e ME	72.012	784	4.845	61
Por serviços bancários prestados	504.744	5.492	323.829	4.084
Por garantias prestadas	35.604	387	37.666	475
	612.360	6.663	366.340	4.620

22. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
Lucros em operações cambiais	1.524.036	16.582	2.406.411	30.346
Prejuízos em operações cambiais	(630.833)	(6.863)	(1.458.172)	(18.388)
	893.203	9.719	948.239	11.958

23. OUTROS PROVEITOS

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
Emissão de Cheque Bancário	359	4	43	-
Pela venda de cheque	2.624	29	2.776	35
Reembolso de despesas	2.114	23	1.132	14
Outros	18.011	195	12.386	157
	23.108	251	16.337	206

A rubrica de Outros Proveitos — inclui valores relativos à recuperação de créditos que tinham sido considerados incobráveis.

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

24. CUSTOS COM PESSOAL

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
Encargos sociais obrigatórios	34.242	373	33.253	420
Encargos sociais facultativos	23.611	257	11.326	143
Remuneração dos empregados	704.388	7.664	648.705	8.180
Outros	11.228	122	4.395	55
	773.469	8.416	697.679	8.798

O número de empregados ao serviço do Banco em 31 de Dezembro de 2010 foi de 222 (em 31 de Dezembro de 2009 era de 219).

25. FORNECIMENTO DE TERCEIROS

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
Comunicações	28.729	313	33.408	421
Conservação e reparação	18.737	204	18.743	236
Custos c/ trabalho independente	54.652	595	29.311	370
Deslocações	51.314	558	37.516	473
Fornecimentos de terceiros	96.465	1.050	65.949	832
Publicidade	50.451	549	50.108	632
Rendas e alugueres	180.052	1.959	138.541	1.747
Seguros	2.659	28	10.742	135
	483.059	5.256	384.318	4.846

26. OUTROS ADMINISTRATIVOS E DE COMERCIALIZAÇÃO

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
Serviços de informática	40.824	444	25.647	323
Serviços de segurança	71.384	777	29.081	367
Transportes de pessoal e de valores	29.929	326	48.012	605
Encargos c/ formação do Pessoal	4.693	51	5.931	75
Outros serviços de terceiros	55.270	601	74.507	940
	202.100	2.199	183.178	2.310

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

27. PROVISÕES

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
Para crédito e juros vencidos	149.322	1.612	42.573	537

28. RESULTADOS NÃO OPERACIONAIS

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
Recuperação de créditos incobráveis	46.246	502	16.077	203
Proveitos exercícios anteriores	26.473	288	17.105	215
Custos exercícios anteriores	(71.451)	(777)	(100)	(1)
Outros resultados	(1.134)	(12)	-	-
	134	1	33.082	417

29. IMPOSTOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a reconciliação entre o lucro contabilístico e o lucro para efeitos do cálculo do imposto industrial é como se segue:

	2010 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Kwanzas
Resultado antes de impostos	832.729	669.099
Multas fiscais	1.588	10.626
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos da dívida pública	(424.573)	(284.363)
Lucro tributável	409.744	395.362
Taxa nominal	35%	35%
Imposto a pagar	143.410	138.377

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

30. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
Garantias prestadas e outros passivos eventuais				
Garantias e avales prestados	(741.144)	(8.000)	(1.017.302)	(11.380)
Crédito documentários abertos	(106.664)	(1.151)	(192.588)	(2.154)
	(847.808)	(9.151)	(1.209.890)	(13.534)
Responsabilidades por prestação de serviços				
Depósito e guarda de títulos	(3.014.470)	(32.539)	(5.286.241)	(59.137)
Garantias recebidas				
Garantias recebidas	1.039.918	11.225	149.382	(1.671)

31. SALDOS COM ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os principais saldos e transacções mantidos com entidades relacionadas, foram os seguintes:

	2010 Milhares de Kwanzas	2010 Milhares de Dólares	2009 Milhares de Kwanzas	2009 Milhares de Dólares
Activo:				
Outros valores	524.833	5.665	371.810	4.159
Imobilizações financeiras	-	-	-	-
Crédito	-	-	9.922	111
	524.833	5.665	381.732	4.270
Passivos:				
Depósitos	16.305	176	26.012	291
	16.305	176	26.012	291

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as entidades relacionadas são as seguintes:

PROBECEA – Gestão de Participações SARL
GEFI – Sociedade de Gestão de Participações, SARL e
Fundo de Pensões

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

32. BALANÇOS POR MOEDA

	2010 Moeda Nacional	2010 Moeda Estrangeira	Total
ACTIVO			
Disponibilidades	4.174.860	2.952.258	7.127.119
Operações no mercado inter financeiro	1.485	2.424.375	2.425.860
Títulos e Valores Mobiliários	5.162.698	1.954.830	7.117.527
Créditos sobre clientes	750.269	3.762.187	4.512.456
Participações	59.726	-	59.726
Imobilizações incorpóreas	527.201	-	527.201
Imobilizações corpóreas	921.648	-	921.648
Créditos no sistema de pagamentos	21.679	113.673	135.352
Operações Cambiais	-	-	-
Outros Valores	491.863	182.121	673.984
	12.111.429	11.389.444	23.500.873
PASSIVO			
Outras captações	-	59.355	59.355
Depósitos	6.993.127	12.256.572	19.249.699
Captação de liquidez	-	-	-
Obrigações no sistema de pagamentos	169.118	-	169.118
Operações cambiais	-	131.235	131.235
Outras obrigações	310.711	192.391	503.102
Provisões p/ responsabilidades potenciais	-	47.248	47.248
	7.472.956	12.686.801	20.159.757
FUNDOS PRÓPRIOS			3.341.116

Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

	2009 Moeda Nacional	2009 Moeda Estrangeira	Total
ACTIVO			
Disponibilidades	3.755.605	2.791.902	6.547.507
Operações no mercado inter financeiro	26.093	2.745.497	2.771.590
Títulos e Valores Mobiliários	4.305.314	1.941.275	6.246.589
Créditos sobre clientes	556.405	4.062.138	4.618.543
Participações	-	49.737	49.737
Imobilizações incorpóreas	383.050	-	383.050
Imobilizações corpóreas	703.915	-	703.915
Créditos no sistema de pagamentos	87.981	8.428	96.409
Operações Cambiais	-	16.152	16.152
Outros Valores	434.774	80.850	515.624
	10.253.137	11.695.979	21.949.116
PASSIVO			
Outras captações	-	7.022	7.022
Depósitos	5.656.297	11.537.427	17.193.724
Captação de liquidez	746.971	-	746.971
Obrigações no sistema de pagamentos	503.511	138.640	642.151
Operações cambiais	-	201.350	201.350
Outras obrigações	323.674	94.270	417.944
Provisões p/ responsabilidades potenciais	-	36.653	36.653
	7.230.453	12.015.362	19.245.815
FUNDOS PRÓPRIOS			2.703.301



CACHIMBO OVIMBUNDU

Cachimbo com o tubo encimado por quatro personagens sentadas umas ao lado das outras, numa espécie de banco com costas; três homens de chapéu perto duma mulher com penteado de tranças reunidas na nuca.

In Catálogo Escultura Angolana - Memorial de Culturas

Categoria: Escultura
Denominação/Título: Cachimbo
Grupo Cultural: Ovimbundu
Informação Técnica: Madeira, chapa

Museu Nacional de Etnologia - Portugal
Fotógrafo: José Pessoa
Copyright: © IMC / MC

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Accionistas,

De acordo com as disposições legais e regulamentares Angolanas, cumpre ao Conselho Fiscal emitir um relatório sobre a sua acção fiscalizadora e emitir o seu parecer sobre as Demonstrações Financeiras do Banco Comercial Angolano (BCA), relativos ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

O Conselho Fiscal acompanhou de forma continuada a evolução da actividade da Sociedade e verificou a regularidade dos registos contabilísticos, bem como da respectiva documentação. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal contou sempre com a colaboração do Conselho de Administração, na sua disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções, em termos que apraz registar.

As contas foram objecto de uma auditoria completa levada a cabo pelos auditores externos do Banco, cuja opinião é que as demonstrações financeiras apresentam de uma forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do BCA em 31 de Dezembro de 2010, bem como o resultado das suas operações, as mutações dos seus fundos próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com o Plano Contabilístico das Instituições Financeiras em Angola emanado pelo Banco Nacional de Angola.

Tendo ponderado o relatório do Auditor externo, é parecer do Conselho Fiscal que a Assembleia Geral aprove o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2010.

O Conselho Fiscal

27 de Maio, 2011

Relatório dos Auditores Externos



Deloitte & Touche - Auditores, Lda
Rua Engº Costa Serrão, 13
Caixa postal 2889
Luanda
República de Angola

Tel.: +(244) 222 391 808 / 673
Móvel: +(244) 923 412 770
Móvel: +(244) 912 503 007
Fax: +(244) 222 391 972
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(Montantes expressos em milhares de Kwanzas - mAKZ)

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Comercial Angolano, S.A. (adiante igualmente designado por "Banco"), as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de Dezembro de 2010 que evidencia um total de mAKZ 23.500.873 e fundos próprios de mAKZ 3.341.116, incluindo um resultado de mAKZ 689.319, as demonstrações dos resultados, de mutações nos fundos próprios e de fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações, as mutações nos seus fundos próprios e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as normas de auditoria geralmente aceites, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/about.

Contribuinte: 5401022670 | Capital Social: KZ 1.620.000

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Luanda

Member of Deloitte Touche Tohmatsu

Relatório dos Auditores Externos

Deloitte.

Página 2 de 2

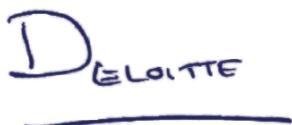
Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Comercial Angolano, S.A. em 31 de Dezembro de 2010, bem como o resultado das suas operações, as mutações nos seus fundos próprios e os seus fluxos da caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola para o Sector Bancário (Nota 2).

Ênfases

5. Em 31 de Dezembro de 2010, a rubrica "Créditos no sistema de pagamentos" inclui um adiantamento por conta dos actuais accionistas do Banco no montante de mAKZ 105.095 referente à aquisição de acções próprias a um ex-accionista para posterior atribuição das mesmas a um conjunto de outros accionistas actuais do Banco nas condições a definir. O Conselho de Administração estima que após a conclusão dos formalismos legais em curso, esta situação venha a ser concretizada em 2011 sem qualquer impacto patrimonial negativo nas demonstrações financeiras do Banco.
6. Conforme divulgado nas Notas 2 e 3 do Anexo às demonstrações financeiras, o Banco adoptou, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010, o Plano Contabilístico das Instituições Financeiras ("CONTIF"), aprovado pelo Instrutivo nº 09/07, de 19 de Setembro, do Banco Nacional de Angola, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2009. Até 31 de Dezembro de 2009, as demonstrações financeiras do Banco foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos estabelecidos no anterior Plano de Contas para Angola. Para efeitos de comparabilidade, a informação financeira referente ao exercício de 2009 foi reexpressa em conformidade com o CONTIF. A conversão das demonstrações financeiras de 2009 preparadas de acordo com o PCIF para as demonstrações financeiras reexpressas em conformidade com o CONTIF implicou alterações de apresentação, não tendo sido apurados impactos patrimoniais.
7. As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, preparadas de acordo com o ("PCIF"), foram por nós auditadas e o nosso relatório sobre as mesmas, datado de 15 de Abril de 2010, incluía uma reserva, a qual deixou de ser aplicável no exercício de 2010, bem como uma ênfase relativa ao assunto descrito no parágrafo 5 acima.

Luanda, 29 de Abril de 2011

The image shows a handwritten signature in blue ink. The word "DELOITTE" is written in a stylized, blocky font. A horizontal line is drawn underneath the signature.

